

Anexo - Capítulo 19: O Papa Paulo VI e a Mudança de Paradigma da Igreja em Relação à Homossexualidade

João XXIII - o papa interino

Angelo Giuseppe Roncalli, conhecido mundialmente como o papa João XXIII, garantiu a ligação interina crítica entre os dois grandes idealizadores e realizadores da Revolução na Igreja Católica – o papa Pio XII (Eugenio Pacelli) e o papa Paulo VI (Giovanni Battista Montini). O forte apoio que Roncalli devia ao grupo de Rampolla, suas inclinações "progressistas" e sua idade avançada foram suficientes para lhe conferir o título de papa aprendiz, mas não o de líder da Revolução.

Lombardo como Battista Montini, Roncalli nasceu em 25 de novembro de 1881 em Sotto il Monte, na diocese de Bérgamo (Itália). Ele era o quarto de quatorze filhos. Essa numerosa família, liderada por seu avô Zaverio, era pobre; eram meeiros que dependiam amplamente da boa vontade de seu proprietário. A vida era difícil^[33].

Roncalli sentiu-se atraído pelo sacerdócio desde muito jovem. Em suas memórias, ele escreve que não se lembrava de ter desejado outro destino além de ser padre. Começou aos nove anos como externo no colégio episcopal de Celana, mas, após um ano de experiência, voltou para casa, onde teve como professor o pároco de sua paróquia, Dom Francesco Rebuzzini^[34]. Ele entrou no pequer seminário de Bérgamo aos onze anos, em novembro de 1893.

Sua formação para o sacerdócio progrediu de maneira ordinária até que ele encontrou, por acaso, em 17 de setembro de 1899, Dom Giacomo Maria Radini-Tedeschi.

Dom Radini-Tedeschi, cônego de São Pedro em Roma, onde mantinha importantes conexões com a Cúria, mais tarde se tornaria, até o fim de sua vida, o patrono e protetor de Roncalli. Na época com quarenta e dois anos, ele convidou o aspirante ao sacerdócio a ir estudar em Roma, mas Roncalli aceitou o convite apenas depois de ganhar uma bolsa para o seminário pontifício de Roma^[35].

De janeiro de 1901 a 1905, com uma interrupção de um ano devido ao serviço militar obrigatório, Roncalli permaneceu no colégio romano. Após sua ordenação como padre da diocese de Bérgamo em 10 de agosto de 1904, ele ficou em Roma para obter seu diploma de direito canônico. E a Providência interveio mais uma vez.

Em 1905, o papa Pio X começou a implementar um programa destinado a desarmar os aliados modernistas de Rampolla. Ele consagrou Radini-Tedeschi bispo e o promoveu rapidamente. O bispo Radini-Tedeschi escolheu Roncalli para acompanhá-lo como secretário na diocese de Bérgamo.

Como membro da comitiva oficial de Radini-Tedeschi, Roncalli começou a se impregnar do espírito "progressista" de seu influente patrono e mentor. Os outros membros do círculo íntimo incluíam o cardeal Rampolla e seu secretário Eugenio Pacelli (futuro papa Pio XII), Giacomo della Chiesa (futuro Bento XV), que trabalhava no Departamento de Estado do Vaticano, assim como o cardeal Andrea Carlo Ferrari, arcebispo de Milão.

Além de suas funções diocesanas, Roncalli aceitou em 1906 um cargo no seminário diocesano, onde ensinava história e apologética. Os rumores de que suas aulas continham sementes de modernismo pouco o preocupavam. Ele continuou a desfrutar de boa proteção até a morte de Radini-Tedeschi, em 1914; mas com a chegada de um novo ordinário, o bispo Luigi Maria Marelli, que tinha reputação de ortodoxia e intolerância à novidade – teológica ou de outra natureza –, suas chances de ascender na hierarquia eclesiástica pareciam sombrias.

Em maio de 1915, Roncalli foi mobilizado como capelão durante o primeiro conflito mundial. Após a terrível experiência da guerra de trincheiras, que o fez refletir, seu superior, o bispo Marelli, nomeou-o diretor da Casa de Estudos de Bérgamo e, depois, diretor espiritual do Seminário Diocesano. Ele também foi nomeado capelão da União das Mulheres Católicas (UFC). Segundo Mary Martínez, foi em uma greve das operárias da UFC que Roncalli conheceu uma alma gêmea na pessoa de Giuditta Montini, organizadora da trégua e militante política da democracia cristã, mãe do futuro papa Paulo VI[36].

O ano de 1921 trouxe-lhe uma reviravolta brusca. Pio X havia forçado os modernistas a se esconderem, mas com Giacomo della Chiesa agora no trono papal como Bento XV, eles ressurgiram, mais virulentos do que nunca.

O papa Bento XV convocou Roncalli a Roma e o nomeou presidente do Conselho Central para a Propagação da Fé na Itália, com um escritório na Cúria.

Infelizmente para Roncalli, um ano depois, o papa Bento XV faleceu. Seu sucessor foi Achille Ratti, que se tornou o papa Pio XI. Para os visionários da Nova Igreja, esta eleição representava outro revés temporário.

Enquanto trabalhava na Propaganda Fide, Dom Roncalli estabeleceu importantes contatos políticos com Giorgio Montini, editor-chefe do *Il Cittadino* de Brescia e militante do Partido Popular Italiano (PPI), partido antifascista liderado por Dom Luigi Sturzo. Foi mais ou menos nessa época que ele conheceu o filho mais velho de Montini, o promissor Dom Giovanni Battista, que retornava da Polônia. Os dois homens desenvolveram uma sólida amizade que duraria a vida inteira[37].

Em 1924, Dom Roncalli obteve um cargo de professor de teologia e história eclesiástica na Universidade Pontifícia Lateranense.

Martínez observa que foi durante suas aulas no Laterano que Roncalli começou a "temperar" suas aulas com os escritos do antroposofista Rudolf Steiner, ex-adepto da seita ocultista *Ordo Templi Orientis*, segundo a qual o falecido cardeal Rampolla era uma luz a ser seguida^[38]. Ela enfatiza que os comentários imprudentes de Roncalli chegaram aos ouvidos de Pio XI. Esse incidente teria resultado em sua demissão imediata da Universidade Pontifícia, se não fosse a intercessão do Secretário de Estado, o cardeal Pietro Gasparri, que ofereceu a seu amigo Roncalli um bispado e um cargo diplomático nos Bálcãs enquanto aguardava dias melhores^[39].

Por outro lado, Peter Hebblethwaite, biógrafo de Roncalli, indica que seu banimento de Roma foi desencadeado por comentários inoportunos – pró-PPI, pró-democracia cristã e antifascistas – durante um sermão na catedral de Bérgamo em 1º de setembro de 1924, na ocasião do décimo aniversário da morte do bispo Radini-Tedeschi^[40].

Dom Roncalli foi Visitador Apostólico e, em seguida, Delegado Apostólico na Bulgária de março de 1925 a janeiro de 1935. Pio XI então o nomeou Núncio Apostólico na Turquia e na Grécia, onde o islamismo e a ortodoxia grega dominavam a cena religiosa, respectivamente^[41].

Durante a Segunda Guerra Mundial, Roncalli dedicou grande parte de seu tempo a questões humanitárias, particularmente ao sofrimento dos judeus. O papa Pio XII ordenou-lhe que emitisse certificados de batismo falsos para que os judeus pudessem se reinstalar na Palestina, então sob domínio britânico. Roncalli relutou.

Ele informou o papa que seria uma loucura ceder à reivindicação sionista de uma pátria na Palestina, pois essa demanda não se justificava nem por razões históricas nem políticas. Roncalli se opunha ao deslocamento dos árabes, incluindo muitos árabes cristãos, para dar lugar aos sionistas. Seu ponto de vista era compartilhado pelo cardeal Luigi Maglione, Secretário de Estado do Vaticano, mas Pio XII não recuou. Roncalli, então, começou a redigir certificados de batismo falsos^[42].

No Natal de 1944, Roncalli estava em Paris como Núncio junto à Quarta República. Ele conseguiu salvar os bispos franceses que haviam apoiado o governo de Vichy (1940-1944) contra as Forças Francesas Livres. O vitorioso general Charles de Gaulle exigia sua "libra de carne"^[43].

Em maio de 1952, Roncalli – com setenta e um anos – foi informado por Dom Montini, Substituto da Secretaria de Estado do Vaticano, que Pio XII o havia nomeado primeiro Observador Permanente do Vaticano junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), recém-criada em Paris. O crédito por essa manobra diplomática foi atribuído a Jacques Maritain, embaixador da França junto à Santa Sé^[44].

Indícios sugerem que, durante seus anos fora de Roma, Roncalli foi iniciado na maçonaria, embora o Cânon 2335 do Código de Direito Canônico de 1917 proibisse formalmente essa filiação.

De acordo com Mary Martínez, uma jornalista experiente, o repórter milanês Pier Carpi (pseudônimo) afirmou ter provas absolutas de que, durante sua estadia em Istambul, Roncalli foi iniciado na maçonaria, alcançando o 18º grau rosacruziano[45].

Após Roncalli deixar seu cargo em Paris, membros da Guarda Republicana relataram que ele participava regularmente das reuniões de quinta-feira à noite da loja maçônica do Grande Oriente da França[46].

Anos após a morte de João XXIII, obituários favoráveis foram publicados por maçons de alto nível, que aplaudiam Roncalli como um irmão que concedeu "sua bênção, compreensão e proteção" à Obra[47].

Em 14 de novembro de 1952, o arcebispo Roncalli recebeu de Montini, então Pro-Secretário de Estado, uma carta confidencial perguntando se ele aceitaria o cargo de Patriarca de Veneza, que seria vacante com a morte iminente do arcebispo Carlo Agostini[48]. Foi uma oferta audaciosa, dada que Roncalli se aproximava da idade de aposentadoria.

Ansioso por voltar à sua terra natal, Roncalli declarou-se pronto para aceitar a oferta de Pio XII. Ele foi elevado ao cardinalato em 12 de janeiro de 1953 e nomeado Patriarca de Veneza três dias depois.

Em 4 de novembro de 1958, o cardeal Roncalli ascendeu à Sé de Pedro sob o nome de João XXIII[49]. Ele tinha quase setenta e sete anos, mas vale lembrar que sua escolha era vista como a de um papa de transição. Embora seu pontificado tenha durado menos de cinco anos, ele conseguiu cumprir sua dupla missão: construir o aparato necessário para implementar a Revolução na forma de um concílio geral e preparar o caminho para seu sucessor, Giovanni Battista Montini.

Os Consistórios do Papa João XXIII

No consistório de 15 de dezembro de 1958, Giovanni Battista Montini, arcebispo de Milão, foi o primeiro cardeal criado por João XXIII. Durante os quatro consistórios seguintes, Roncalli fez com que o Colégio de Cardeais ultrapassasse em muito o número total de membros, que era de setenta[50]. Foi o arcebispo Montini quem forneceu a lista de candidatos a João XXIII[51].

Essa composição de um Sacro Colégio favorável era a versão do Vaticano II da tentativa feita em 1930 por Franklin D. Roosevelt de compor uma Corte Suprema que lhe fosse favorável, com a grande diferença de que a tentativa do presidente americano havia sido descoberta.

Dois fatores foram determinantes para a nomeação dos novos cardeais: a necessidade de prosseguir a internacionalização, ou seja, a "desromanização" da Cúria iniciada sob Pio XII, e a necessidade de garantir votos a Montini para o conclave seguinte.

Entre esses construtores da Igreja conciliar que receberam o chapéu vermelho das mãos de João XXIII estavam:

- Augustine Bea, SJ
- Leo-Josef Suenens, arcebispo de Malines-Bruxelas (Bélgica)

- Amleto Giovanni Cicognani, delegado apostólico nos Estados Unidos
- Carlo Confalonieri, secretário da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades
- Franziskus König, arcebispo de Viena (Áustria)
- Paolo Giobbe, Núncio Apostólico interino nos Países Baixos
- Julius Döpfner, bispo de Berlim (Alemanha)
- Arcadio María Larraona, CMF, secretário da Sagrada Congregação dos Religiosos
- Bernard Jan Alfrink, arcebispo de Utrecht (Países Baixos)

Menos de três meses depois de se tornar papa, João XXIII consagrou Albino Luciani, futuro papa João Paulo I, bispo de Vittorio Veneto (Itália), que mais tarde seria nomeado Patriarca de Veneza por Paulo VI. O nome do arcebispo Luciani estava no topo da lista de Paulo VI para a nomeação ao cardinalato, no consistório de 5 de março de 1973. O cardeal Luciani teve o privilégio de ser um dos poucos italianos admitidos no círculo de Montini[52].

João XXIII convoca um Concílio Geral

Historicamente, existem quatro motivos para um papa convocar um concílio ecumênico ("universal") ou geral de todos os bispos do mundo: 1. pôr fim a um cisma; 2. condenar a heresia; 3. esclarecer um ou mais pontos de dogma; 4. instituir uma reforma no sentido tradicional do termo, ou seja, combater o laxismo em matéria de disciplina ou moral eclesiástica[53].

No entanto, o Concílio Ecumênico de João XXIII (1962-1965) não foi convocado por nenhum desses motivos. Foi convocado com o objetivo ostensivo de "*aggiornamento*" ou "atualização" da Igreja, ou seja, para fazer a Igreja entrar no "mundo moderno".

O Concílio foi declarado "pastoral" em oposição a um concílio "dogmático". Essa distinção terminológica, no entanto, criou uma falsa dicotomia, pois a Verdade revelada nunca pode ser oposta a considerações pastorais autênticas.

João XXIII não se comprometeu em condenações e anátemas que, no passado, anunciavam a introdução de reformas legítimas na vida da Igreja. Isso fica claro no discurso - redigido por Montini - que ele proferiu diante de mais de dois mil Padres do Concílio reunidos para a abertura solene do Concílio na Basílica de São Pedro, em 11 de outubro de 1962[54].

Como escreve Amerio em *Iota Unum*, Paulo VI reformulou posteriormente os objetivos do Concílio, incluindo: 1. a *tomada de consciência* da Igreja; 2. uma "reforma" em termos de autocorrekções; 3. a *causa unionis*, ou seja, a questão da unidade dos cristãos; 4. "o estabelecimento de uma ponte com o mundo moderno"[55].

Parece que a inspiração do Concílio atingiu João XXIII como "um raio vindo do céu". No entanto, a realidade parece mais terrena.

Pio XI havia questionado seus cardeais sobre a oportunidade de um concílio geral durante um consistório secreto realizado em 23 de maio de 1923, e eles o haviam desaconselhado a organizar um, argumentando que isso abriria a porta para os arquitetos da Revolução presentes na Igreja[56].

Pio XII também havia considerado convocar um concílio geral no início de seu pontificado e havia chegado a encarregar o Santo Ofício de estabelecer o ante-programa [57]. O primeiro Secretário da Comissão Preparatória secreta era um jesuíta belga, o padre Pierre Charles [58]. Infelizmente para os revolucionários, as contingências da Segunda Guerra Mundial, seguida da Guerra Fria e da falta de créditos, militaram na época contra a convocação de um concílio ecumênico [59].

Como observa Martínez, antes mesmo que João XXIII tivesse começado seu pontificado, o arcebispo Montini - com o grupo do Reno, que incluía personalidades revolucionárias como o teólogo suíço Hans Küng, Leo-Jozef Suenens, Julius Döpfner, Franziskus König, Augustin Bea e Albino Luciani - já havia reorganizado os planos do papa Pio XII relativos a um concílio geral durante uma série de reuniões secretas de alto nível realizadas em Munique [60].

Roncalli não estava presente nessas reuniões.

Enquanto a Cúria e a Comissão Preparatória do Concílio trabalhavam febrilmente na redação de esquemas ortodoxos abertamente concebidos para servir de base às deliberações dos Padres, Montini e companhia estavam ocupados em redigir esquemas paralelos destinados a ser adotados quando a ordem viesse de jogar fora os projetos aprovados pela Cúria e começar tudo de novo [61].

Quanto aos membros da oposição leal, eles eram fracos e sem organização e cometeram o erro fatal de subestimar grosseiramente as capacidades do inimigo. No meio do caminho do Concílio, eles literalmente desmoronaram. Não há nada de surpreendente nisso, já que eles tinham contra si tanto Paulo VI quanto João XXIII, titulares do poder supremo dentro da Igreja.

"The Plot Against the Church", de Maurice Pinay, inicialmente publicado em italiano, foi distribuído no outono de 1962, durante os primeiros dias do Concílio. Tal obra mostra que nem todos estavam ignorantes das intrigas políticas e teológicas tramadas pelos fabricantes do Concílio[62].

A maioria dos Padres, no entanto, ignorou os alertas precoces sobre o golpe que se preparava, pois estavam intoxicados pela atmosfera eufórica e a propaganda midiática que acompanhou a abertura do Segundo Concílio do Vaticano. Eles deveriam, no entanto, ter se preocupado com o fato de que os inimigos da Igreja, incluindo os liberais, os comunistas, os maçons e os sionistas, estavam saudando o evento como um gigantesco passo à frente para a humanidade.

Cardeal Montini - A mão escondida

É amplamente reconhecido hoje - por adversários e partidários da Revolução que varreu a Igreja - que o cardeal Montini controlava nos bastidores, desde Milão, a orientação e a agenda dos primeiros dias do Concílio. Após a abertura do Concílio, Montini transferiu o centro de suas operações para a suíte que ocupava no Vaticano e que era tradicionalmente reservada aos cardeais residentes.

Segundo Amerio, "L'Osservatore Romano" publicou, na véspera do Concílio, trechos de um livro sobre o futuro do Concílio, escrito pelo cardeal Montini e publicado pela Universidade de Milão. Montini enfatizou que a missão do Concílio era reorganizar a Fé para minimizar os elementos sobrenaturais, tornando-a mais aceitável para o mundo moderno e o homem moderno[63].

Na mesma linha, Martínez assinala que quatro dias antes do "raio" que teria inspirado o Concílio ao papa João, não apenas Küng declarou diante de um público atônito, durante uma conferência realizada na Hofkirche (igreja abacial) de Lucerna, na Suíça, que haveria um concílio geral, mas também indicou a orientação e a agenda[64].

Ao publicar um ano antes da abertura do Concílio "The Council, Reform and Reunion", Küng mostrou que sabia mais sobre o Concílio do que o papa João[65].

Traição

Para preparar o Concílio, o Escritório da Secretaria havia escrito aos bispos católicos de todo o mundo para solicitar suas opiniões sobre os temas a serem estudados. Nas respostas a essa sondagem, o problema do comunismo foi o mais citado.

No entanto, como indicado no capítulo anterior, João XXIII - agindo por instigação do cardeal Montini - aprovou, dois meses antes da abertura do Concílio, a assinatura do acordo de Metz, concluído com emissários de Moscou, pelo qual os soviéticos permitiriam que dois representantes da Igreja do Estado russo participassem do Concílio em troca do silêncio absoluto sobre a questão do comunismo e do marxismo.

Com exceção do cardeal Montini, que havia encarregado o papa João de iniciar negociações com Moscou, do cardeal Eugène Tisserant, que havia assinado o acordo de Metz, e do bispo Jan Willebrands, que havia feito os últimos contatos com os representantes da Igreja do Estado russo, os Padres da Igreja presentes no Concílio desconheciam a existência e a natureza do acordo de Metz e a traição que ele representava[66].

O grau de engano e duplicidade que caracterizava os termos do acordo de Metz aparece claramente na leitura do comentário bem conhecido do padre Ralph Wiltgen sobre o Concílio, "O Reno se lança no Tibre", escrito em 1966, no qual o autor assegura a seus leitores que não havia obstáculos a um debate sobre o comunismo no Concílio:

"A questão do comunismo não foi abordada diretamente nem na reunião de Paris, nem na de Moscou. A Igreja ortodoxa russa não formulou nenhuma solicitação para que essa questão não fosse tratada no Concílio, e o bispo Willebrands não deu nenhuma garantia de que ela não o seria. Ao expor a ordem do dia do Concílio, o bispo Willebrands limitou-se a dizer que o problema era tratado de forma positiva no programa do Concílio. No entanto, ele esclareceu que, uma vez aberto o Concílio, os Padres estariam livres para modificar esse programa e introduzir qualquer questão de sua escolha"[67].

No entanto, as coisas não correram bem para os soviéticos durante o Concílio.

Antes da chegada dos observadores da Igreja do Estado russo, em 12 de outubro de 1962, os bispos ucranianos da emigração publicaram uma declaração na qual expressavam sua "amargura" por não encontrar no Concílio o bispo Josyf Ivanovycè Slipiy, único sobrevivente dos onze bispos da Ucrânia, que havia passado dezoito anos nas prisões stalinistas, campos de trabalho e exílio siberiano, enquanto a hierarquia da Igreja havia obtido a representação no Concílio de responsáveis da Igreja do Estado russo[68].

No comunicado de imprensa ucraniano, destacou-se que a presença dos dois observadores da Igreja do Estado russo no segundo concílio do Vaticano "havia perturbado os crentes... realizando um ato ecumênico e esquecendo as sofrências da Igreja da Ucrânia?"[69] O comunicado destaca que a presença dos russos no Concílio "pode ser considerada não como um fato de caráter religioso e eclesiástico, mas como um ato contaminado por uma intenção estranha à religião, realizado pelo regime soviético para semear a confusão"[70].

Agora se sabe que, durante o Concílio Vaticano II, os Padres da Igreja não tiveram liberdade para discutir as questões do comunismo e do marxismo, uma vez que o cardeal Tisserant foi encarregado – como Primeiro Presidente do Concílio – de garantir que essas questões permanecessem em silêncio e nunca fossem objeto de debate público.

O cardeal Tisserant, no entanto, enfrentou algumas dificuldades, dado que muitos prelados estavam determinados a insistir na adoção de um esquema voltado especificamente para uma refutação exaustiva do comunismo. Ele conseguiu cumprir essa missão porque Paulo VI controlava a ordem do dia do Concílio. Uma vez que a situação se acalmou, a única menção ao comunismo foi uma nota de rodapé reproduzindo as declarações dos papas anteriores contra o comunismo. A traição estava consumada. Na época seguinte, que ficou conhecida como Ostpolitik, a condenação do comunismo perdeu definitivamente sua posição de destaque no magistério romano.

Essa mudança de paradigma na condenação histórica do comunismo pela Igreja foi apenas uma das muitas mudanças de rumo observadas sob o breve pontificado de João XXIII.

O papa João também foi responsável por grandes mudanças na sagrada Liturgia e pela introdução de muitas novidades litúrgicas.

Entre essas inovações estava a promoção da "missa dialogada", inaugurada sob Pio XII, na qual a assembleia dos fiéis recita grande parte do ofício e responde em união com o celebrante. O papa João ordenou a supressão das orações leônicas no final da Missa, incluindo o *Salve Regina* e a oração a São Miguel Arcanjo. Ele também eliminou o Último Evangelho (início do Evangelho segundo São João). Em 1960, removeu o adjetivo *perfidis* (pérfidos) da intercessão solene da Sexta-Feira Santa em favor dos judeus[71]. Em 1962, ordenou que o nome de São José fosse inserido no Cânon da Missa, o que foi simbolicamente inoportuno, já que o texto do Cânon supostamente deve permanecer inalterado.

João XXIII não foi o que os tradicionalistas chamam de "papa mariano"[72].

Segundo o irmão Michel da Santíssima Trindade, autor da famosa obra em quatro volumes sobre Fátima intitulada *Toute la vérité sur Fatima*, em 13 de setembro de 1959, todos os bispos da Itália consagraram solenemente sua nação ao Imaculado Coração de Maria. No entanto, destaca o irmão Michel, "o papa João XIII encorajou tão pouco o movimento que seu silêncio e reserva não passaram despercebidos"[73].

Em 17 de agosto de 1959, o papa João pediu que a carta contendo o terceiro segredo de Fátima fosse trazida para Castel Gandolfo; os dois primeiros segredos haviam sido revelados em 1942 com a autorização de Pio XII. Anos depois, o cardeal Ottaviani, Prefeito do Santo Ofício, que estava presente neste evento histórico, declarou que João XXIII colocou o segredo "em um desses

arquivos que são como um poço muito profundo e muito obscuro, onde os papéis caem e nunca mais são revistos por ninguém"[74]. O papa João rejeitou o terceiro segredo dizendo: "não é para o nosso tempo"[75].

Em março de 1963, apenas três meses antes de sua morte, o papa João criou – quase certamente por instruções do cardeal Montini – uma comissão de seis membros encarregada de estudar as questões relacionadas ao controle de natalidade (sem nascimentos e sem controle) e à demografia (população). Atuando como um precursor, essa comissão lançou as bases para o desastre de *Humanae Vitae* (1968) e a crise de autoridade que a acompanhou. Voltaremos a esse lamentável episódio da história da Igreja mais adiante neste capítulo.

Com a morte de João XXIII em 3 de junho de 1963, aos oitenta e um anos, o mundo voltou seus olhos para seu sucessor, o cardeal Giovanni Battista Montini, que subiu ao trono de Pedro sob o nome de Paulo VI[76].

O papa Paulo VI - Os primeiros anos

Já tendo abordado alguns aspectos da juventude de Giovanni Battista Montini por meio de breves anedotas dispersas neste texto, limitamo-nos a evocar brevemente aqui sua infância.

Montini nasceu em 26 de setembro de 1897 na casa de campo de sua família, localizada na aldeia de Concesio, a oito quilômetros ao norte de Bréscia, na Lombardia[77]. Quando a criança nasceu, sua avó paterna, Francesca Buffali Montini, matriarca da família, decretou que Giuditta, sua mãe, era muito frágil para amamentá-lo, e ele foi enviado a Peretti, onde passou os primeiros quatorze meses de sua vida aos cuidados de uma ama de leite[78].

O jovem Battista era mimado e vivia no conforto. Era uma criança "frágil" e "chorona", cercado por dois irmãos aparentemente saudáveis: Lodovico, o mais velho, e Francesco, o caçula.

Giorgio Montini, pai de Battista, era bem-sucedido no jornalismo. Ele era editor-chefe do jornal católico local **Il Cittadino** e membro da Câmara dos Deputados da Itália. Giorgio e Giuditta Montini compartilhavam a mesma paixão pela política de esquerda, uma paixão que seria transmitida a todos os seus filhos.

Aos seis anos de idade, Battista entrou no Collegio Cesare Arici, em Bréscia, uma instituição dirigida por jesuítas. Ele permaneceu lá até os quatorze anos, idade em que seus pais o retiraram por razões de saúde[79].

A exemplo de Pacelli, Battista continuou seus estudos secundários com tutores privados escolhidos por seus pais, incluindo oratorianos da igreja vizinha de Santa Maria della Pace. Os oratorianos representavam a vanguarda clerical da época. Eles estavam politicamente mais próximos do antifascismo de Giorgio Montini e sua esposa do que dos padres jesuítas tradicionalistas do colégio Arici. Permaneceram uma das principais influências sobre Montini ao longo de sua vida. Mesmo depois de entrar ao serviço da Santa Sé, ele manteve um confessor oratoriano.

Assim como os pais de Eugenio Pacelli, os Montini usaram sua influência na rede de "velhos amigos" do Vaticano – após a ordenação de seu filho em Bréscia, em 29 de maio de 1920 – para

evitar que Battista fosse designado para uma paróquia, encaminhando-o a Roma, para que pudesse seguir uma carreira diplomática a serviço da Santa Sé. Eu uso deliberadamente a palavra "carreira" em vez de "vocação".

Peter Hebblethwaite, que é, de certa forma, o biógrafo atual de Montini, teve ao menos a honestidade de reconhecer esse fato.

Battista não era particularmente religioso. Sua paixão era a política e o piano, e, fora a celebração da missa ou a realização de ritos sacramentais, o jovem padre não parecia inclinado à vida espiritual. Ele também demonstrava aversão às devoções marianas, especialmente ao Rosário, e dizia preferir uma abordagem mariológica mais centrada em Cristo[80].

Em 18 de novembro de 1921, o padre Montini ingressou na Accademia dei Nobili Ecclesiastici para estudar diplomacia. Sua admissão nesta instituição foi facilitada pelo cardeal Pietro Gasparri, aliado de longa data de Rampolla e então Secretário de Estado. Excelente político eclesiástico, mas estudante medíocre, Montini progrediu rapidamente nos cursos de diplomacia, mas mal conseguiu passar no exame de direito canônico na Universidade Gregoriana.

Em 1923, Pio XI enviou o jovem diplomata para Varsóvia como adido da nunciatura papal, mas a saúde delicada de Monsenhor Montini não suportou os rigorosos invernos poloneses, e ele retornou a Roma, onde foi designado à Secretaria de Estado, dirigida pelo cardeal Gasparri.

A vida na Cúria Romana

O superior direto de Montini na Secretaria de Estado não era outro senão Monsenhor Francesco Borgongini-Duca, que logo se tornaria arcebispo. Ele havia sido o primeiro núncio do Vaticano na Itália após a assinatura dos Tratados de Latrão. O leitor se lembrará de que esse prelado também tinha sido o mentor do jovem padre Francis Spellman e um associado próximo de Angelo Roncalli. Posteriormente, ele acolheu o jovem padre Montini sob sua proteção, tornando-se seu patrono e protetor.

Além de seu trabalho na Cúria, o padre Montini foi nomeado por Pio XI como capelão da Federação Universitária Católica Italiana (FUCI), onde o jovem sacerdote pôde expressar abertamente suas convicções antifascistas. Através da FUCI, Montini estabeleceu uma amizade pessoal duradoura com Aldo Moro, um dos fundadores da anomalia política surgida após a guerra, conhecida como o Partido Democrata Cristão (PDC), ao qual Montini e toda sua família se ligaram religiosamente.

Montini também fez amizade com Giulio Andreotti, líder do PDC, que chegaria a ser primeiro-ministro da Itália em dezessete ocasiões. Durante sua longa carreira política, Andreotti formou alianças partidárias com comunistas, maçons e a máfia siciliana[81]. É um fato amplamente conhecido que a máfia nunca teria se tornado o colosso que é hoje sem a conivência de alguns líderes democratas-cristãos e o apoio da maçonaria[82]. Dormir com alguém é estar em uma cama de três, uma verdade que Montini descobriria por si mesmo quando se tornasse o papa Paulo VI.

Durante os trinta anos que passou no Santo Ofício, Monsenhor Montini nunca foi bem quisto pelos membros da Cúria ou por seu pessoal. O cardeal pró-fascista Nicola Canali, chefe da administração do Vaticano, não escondia sua profunda antipatia pelo jovem diplomata. Da mesma forma,

Monsenhor Alfredo Ottaviani (que mais tarde se tornaria cardeal) também desprezava Montini.

Durante a Guerra da Abissínia, o padre Montini manifestou apoio à Liga das Nações, posição contrária à política oficial do Vaticano. Pio XI acreditava que essa nova organização internacional usurparia o papel de mediador tradicionalmente desempenhado pela Santa Sé em conflitos internacionais, o que de fato aconteceu, além de considerar que a Liga das Nações era um reduto de maçons e comunistas, o que também era verdade[83].

Alguns membros da hierarquia italiana lamentavam o fervor antifascista e pró-comunista do padre Montini, uma postura que o jovem diplomata nunca se preocupou em esconder. Alguns bispos italianos estavam angustiados com o que percebiam como uma total falta de patriotismo de Montini em relação ao seu país natal; de fato, Montini nunca demonstrou escrúpulos em trair seu país e compatriotas aos britânicos, soviéticos e americanos durante a Segunda Guerra Mundial[84]. Segundo o herói fascista Roberto Farinacci, todos sabiam que Montini era amigo dos inimigos da Itália[85]. Ele não estava errado.

Em 1934, Montini tirou uma breve licença de seu trabalho na Secretaria para visitar a Inglaterra e a Escócia em companhia do siciliano Mariano Rampolla da Tindaro, sobrinho-neto do cardeal Rampolla[86].

Três anos depois, o cardeal Pacelli, agora Secretário de Estado, promoveu Montini ao cargo de Sostituto para Assuntos Ordinários, e em 1938, convidou-o a acompanhá-lo a Bucareste para o Congresso Eucarístico Internacional.

Após a eleição de Pacelli como Pio XII, em 12 de março de 1939, Montini continuou seu trabalho na Secretaria de Estado sob a liderança do novo Secretário, o cardeal Luigi Maglione. No entanto, sua influência cresceu com a eleição de Eugenio Pacelli, que supostamente foi como um segundo pai para ele.

Os anos de guerra

Durante a Segunda Guerra Mundial, Pio XII encarregou Montini de contribuir para que a Itália pudesse viver em ordem o futuro retorno à paz, incluindo a facilitação da formação de um novo governo italiano, inspirado no modelo do Partido Democrata Cristão.

Montini tinha a tarefa de gerenciar uma rede clandestina que ajudava refugiados políticos, incluindo judeus, a deixar o país. No final da guerra, as rotas de exfiltração do Vaticano foram usadas para outros fins, incluindo a “Operação Paperclip”, que consistia em transferir cientistas alemães e austríacos para os Estados Unidos, a fim de evitar que caíssem nas mãos dos soviéticos[87]. Montini também contribuiu para coordenar os esforços do Vaticano para auxiliar prisioneiros de guerra e suas famílias por meio da Cruz Vermelha Internacional.

Ao longo da guerra, o padre Battista Montini, sacerdote-diplomata durante o dia e intrigante à noite, trabalhou em estreita colaboração com oficiais e agentes de inteligência aliados do U.S. Office of Strategic Services (OSS), assim como com os serviços de inteligência britânicos e soviéticos contra os fascistas, os japoneses e os nazistas. Montini desempenhou um papel ativo na coleta de informações para os Aliados por meio dos jesuítas estacionados no Japão, a respeito de

alvos de bombardeio estratégicos[88]. Em troca, o OSS apressou-se em encher os cofres do Vaticano com dólares americanos, além de tesouros da máfia siciliana e de maçons italianos (que Mussolini havia forçado à clandestinidade), a fim de facilitar a invasão aliada da Itália.

Um dos principais amigos que Montini fez durante a guerra foi o solteiro Sir Francis Godlopin D'Arcy Osborne, embaixador da Grã-Bretanha junto ao Vaticano, que assumiu seu cargo em 1946. Quando a Itália entrou em guerra ao lado da Alemanha, Osborne e seu grupo de homens – secretário, mordomo e criado – buscaram refúgio no Vaticano[89]. Foi lá que Montini e ele se tornaram amigos íntimos.

Osborne considerava Monsenhor Montini um excelente diplomata, embora este não tivesse o mesmo prestígio que seu colaborador na Secretaria, Monsenhor Domenico Tardini (que mais tarde se tornaria cardeal). Ele descrevia Montini como um obcecado por trabalho que dominava tudo, um cavalheiro em todas as circunstâncias. Em um plano pessoal, achava Montini amável, persuasivo, mas indeciso[90]. Após a guerra, Osborne passou seus últimos dias em Roma, onde patrocinava um clube de jovens administrado pelos padres salesianos[91]. Nascido protestante e ocasional interessado em ocultismo, Osborne morreu fora da Igreja, apesar dos esforços que Montini supostamente fez para convertê-lo ao catolicismo.

Negociações secretas com os comunistas

No verão de 1944, enquanto a guerra chegava ao fim, Monsenhor Montini iniciou negociações de alto nível com os comunistas italianos para determinar qual seria o papel do Partido Comunista após a guerra. Seu objetivo era elaborar uma aliança com o Partido Democrata Cristão, além de socialistas e comunistas[92].

Como revela Martínez, uma reunião ocorreu em 10 de julho de 1944 entre Monsenhor Montini, agindo em nome de Pio XII, e Palmiro Togliatti, o líder indiscutível do Partido Comunista Italiano, que acabara de retornar a Roma após dezoito anos de exílio na União Soviética[93]. Este foi o primeiro contato direto entre o Vaticano e um líder comunista. Com base em um acordo entre o Partido Democrata Cristão, os socialistas e os comunistas, foi elaborado um projeto de plano segundo o qual esses três partidos políticos compartilhariam o controle total do governo da Itália após a guerra. Este plano também definia as condições para uma futura cooperação entre a Igreja Católica e a União Soviética[94].

Pio XII tinha a intenção de recompensar os Monsenhores Montini e Tardini por seus anos de dedicação ao Santo Sé, elevando-os ao cardinalato durante um consistório secreto realizado em 1952, mas os dois homens recusaram respeitosamente essa honra[95]. Montini, portanto, não se tornou membro do Colégio dos Cardeais e, conseqüentemente, não poderia ser papável no conclave de 1958, que elegeu Roncalli sob o nome de João XXIII.

Em 1º de novembro de 1954, Pio XII nomeou Montini arcebispo de Milão. Ele foi consagrado em 12 de dezembro de 1954 pelo cardeal Eugène Tisserant. Em Milão, Montini pôde adquirir a experiência que lhe faltava, continuando a aumentar sua popularidade dentro do Colégio dos Cardeais.

Montini em Milão

"... E a primeira opinião que se forma de um príncipe, como de seu entendimento, vem da observação dos homens de seu entorno: quando eles são capazes e fiéis, pode-se sempre considerá-lo sábio, pois ele soube reconhecer os homens capazes e conservar sua fidelidade; mas quando eles são outros, não se pode formar uma boa opinião dele, pois o erro primordial que ele cometeu foi escolhê-los." Nicolai Machiavel - O Príncipe (1513)[96]

Uma vez em Milão, Montini, com 57 anos, viu-se subitamente livre, após trinta anos, de qualquer supervisão da Cúria ou restrição do papa. O arcebispo Montini seguiu então um caminho novo que deixaria uma marca indelével em seu episcopado e futuro pontificado. Ele reuniu ao seu redor uma coterie de personagens que compartilhavam suas ideias: viajantes, anarquistas, comunistas, socialistas, mafiosos, membros da vanguarda artística e literária de Milão. Assim como a virtude atrai homens virtuosos, o vício atrai homens viciosos. O moinho de rumores de Milão começou a funcionar a todo vapor.

Tornou-se rapidamente claro que Montini não era um papa mariano. Era, na verdade, um papa "maritanista", o que é completamente diferente.[97]

Desde o dia de sua chegada, ou quase, os milaneses, que têm uma grande devoção à Mãe de Deus, começaram a se queixar de que o arcebispo Montini carecia de "sensibilidade mariana", acusação que foi reforçada pela ausência ostensiva dele nas festividades do coroamento de maio e nas peregrinações de Loreto, bem como sua não participação nas recitações públicas do Rosário[98]. Hebblethwaite, seu biógrafo, tentou atenuar essas críticas, afirmando que Montini era favorável a uma "mariologia centrada em Cristo", mas essa concessão verbal não foi suficiente para explicar a realidade.

Na verdade, a teologia de Battista Montini era antropocêntrica, e não teocêntrica. Ela era centrada no homem, não em Deus.

Montini era o discípulo mais eminente e influente de Jacques Maritain e seu "humanismo integral", muito bem descrito por H. Caron em *"Le Courrier de Rome"* como abrangendo "... uma fraternidade universal de homens de boa vontade pertencentes a diferentes religiões ou não tendo nenhuma. É dentro dessa fraternidade que a Igreja deve agir como um fermento sem se impor e sem exigir ser reconhecida como a única Igreja autêntica"[99].

O padre Georges de Nantes resumiu perfeitamente o espírito do "humanismo integral" de Maritain ao falar do "Movimento de Animação Espiritual da Democracia Universal" (MASDU), no qual a Declaração dos Direitos do Homem substitui o Evangelho de Jesus Cristo. A democracia mundial se tornou análoga ao Reino de Deus na terra, e a religião tem a função de trazer uma "animação espiritual" à humanidade assim regenerada, o resultado final do MASDU sendo a aniquilação completa da Religião e "sua metamorfose no humanismo ateu"[100].

Diz-se que o novo arcebispo de Milão entendia melhor os apitos das fábricas do que os sinos das igrejas.

Não é surpreendente que, durante uma de suas visitas à residência do arcebispo, Jacques Maritain, que havia sido um grande filósofo tomista, tenha trazido consigo Saul David Alinsky, o "Apóstolo da Revolução Permanente". Montini ficou impressionado com o homem que Maritain chamava de seu "amigo querido e íntimo" e "um dos verdadeiros grandes homens deste século"; ele ficou tão impressionado que convidou Alinsky para passar quinze dias em sua casa para consultá-lo sobre as relações da Igreja com os sindicatos comunistas locais[101].

Nascido em Chicago em 1909, Saul Alinsky, judeu ateu, havia obtido seus diplomas nas ruas e na universidade daquela cidade. Em 1940, ele criou a Fundação das Áreas Industriais (*Industrial Areas Foundation*) como vitrine de sua estratégia revolucionária de organização das massas para o acesso ao poder[102]. Os principais associados de Alinsky estavam dentro da hierarquia e do clero católicos, incluindo o cardeal Mundelein, seu protegido, o bispo Bernard Sheil, e o monsenhor John Egan, ativista em soutane e uma das primeiras "locomotivas" de *Call to Action*[103]. As principais fontes de financiamento inicial e apoio de Alinsky foram a família Rockefeller, Marshall Fied, também rico e secretamente comunista, a Conferência Católica dos EUA e a AmChurch. Alinsky trabalhou em contato estreito com o Partido Comunista dos EUA até sua ruptura com este após a assinatura do Pacto de Não-Agressão entre a União Soviética e a Alemanha nazista[104].

Em "Jacques Maritain e Saul David Alinsky - Pais da 'Revolução Cristã'", Hamish Fraser, editor-chefe de Approaches, escreve sobre Alinsky:

“Alinsky é ele mesmo um produto do naturalismo maçônico e marxista revolucionário que, em ambas as variantes, aprecia a necessidade de as elites tomarem e manterem o poder real... Alinsky era um herege para quem a ideia mesma de dogma era anátema... Dada a naturalidade de Alinsky, não é surpreendente que, em sua 'ética social', não haja lugar para nada que seja intrinsecamente 'bom' ou 'mau'... Divorçado uma vez e legalmente casado três vezes, ele falava com desprezo da 'cultura antiga, na qual a virgindade era uma virtude'... A 'Igreja de hoje e de amanhã' de Alinsky não era mais católica do que protestante, judaica, islâmica, budista ou animista; era um sincretismo globalizante, um amálgama sinóptico de todas as crenças que já existiram.”
[105]

Como nota Fraser, o que Saul Alinsky tinha de único não era sua receita para uma "Igreja" sincretista e globalizada, "mas o fato de ele ter sido o primeiro a ver suas ideias amplamente aceitas dentro da Igreja Católica"[106]. Mas se Jacques Maritain e seu discípulo mais eminente, o papa Paulo VI, não tivessem lançado as bases da Revolução na Igreja, a aliança e a intimidade de Alinsky com a Igreja teriam sido impossíveis, conclui Fraser[107].

Durante os dezoito anos que Montini passou à frente do arcebispado de Milão, seu radicalismo político crescente o levou a entrar em conflito com outros membros da Conferência Episcopal Italiana, incluindo o arcebispo Gilla Vincenzo Gremigni, do diocese de Novara.

Uma vez bem estabelecido em seu arcebispado, o monsenhor Montini tomou a decisão de dissolver e transferir *Il Popolo d'Italia*, jornal editado há muito tempo no diocese de Novara. O bispo Gremigni, ordinário de Novara, protestou contra essa medida, e com razão, pois o assunto não estava dentro das competências de Montini.

No início de janeiro de 1963, apenas seis meses após sua ascensão ao trono de Pedro, Montini enviou ao arcebispo de Novara uma carta cujo teor era tal que Gremigni foi atingido por um ataque cardíaco fatal após tomar conhecimento dela. O monsenhor Ugo Poletti, bispo auxiliar de Gremigni, encontrou essa carta e a conservou. Quando Montini deixou Milão para Roma, o fantasma do bispo Gremigni o seguiu na pessoa do monsenhor Poletti. Em 1967, a mídia italiana recebeu uma "dica" de que o papa estava envolvido de alguma forma na morte do arcebispo Gremigni. Pouco depois, o papa Paulo VI nomeou Poletti para a cabeça do diocese de Spoleto. Foi a primeira de uma série aparentemente milagrosa de promoções espontâneas para o ambicioso prelado, incluindo o posto de Vigário de Roma e a elevação ao cardinalato em 5 de março de 1973[108].

A Máfia do Arcebispo de Milão

Dois dos assistentes mais próximos de Montini em Milão eram Monsenhor Giovanni Benelli e Monsenhor Pasquale Macchi.

Montini havia recrutado Benelli aos 26 anos, apenas alguns anos após sua ordenação, para ser seu secretário na Secretaria de Estado. Quando Montini foi para Milão, Benelli o seguiu. Em 1966, o padre, então com 46 anos, serviu por um ano como Núncio no Senegal. Depois, ele retornou a Roma como representante de Paulo VI na Cúria Romana. Um ano antes de sua morte, Paulo VI elevou seu fiel servidor ao cardinalato e o nomeou arcebispo de Florença[109]. Um dos mais famosos protegidos de Benelli era um padre americano, Justin Rigali (que mais tarde se tornou cardeal).

O rival de Benelli nas graças e na afeição de Montini era Monsenhor Pasquale Macchi, secretário particular do arcebispo, apelidado de "Mãe Pasqualina de Montini". Nascido em Varese, a cerca de 55 quilômetros ao norte de Milão, Macchi era professor no seminário e tinha suas entradas em todo o Milão, incluindo seu submundo. Ele gostava de filosofia francesa e arte moderna e apresentou muitos de seus amigos artistas ao arcebispo Montini.

Após a eleição de Montini ao papado, Macchi seguiu seu mestre para Roma, onde se tornou conselheiro do papa em questões estéticas e guardião de seus segredos mais bem guardados[110]. Macchi, que Peter Hebblethwaite descreve como "bem conectado no mundo das altas finanças", estava em estreita relação com quatro dos principais conselheiros do papa Paulo: Michele Sindona, Monsenhor Paul Marcinkus, Roberto Calvi e o bispo Donato De Bonis, todos eles vigaristas[111].

Embora diferentes em personalidade e temperamento, Macchi e Benelli tinham ao menos uma coisa em comum: a maçonaria.

Em 1976, os nomes, codinomes e datas de iniciação de Monsenhor Pasquale Macchi (futuro arcebispo) e Monsenhor Giovanni Benelli (futuro cardeal e secretário de Estado) apareceram em uma lista de figuras de alto escalão do Vaticano que eram membros de sociedades secretas. Essa

lista foi publicada no jornal *Il Borghese*. No entanto, a acusação de que os dois homens – íntimos do Santo Padre – eram maçons não teve consequências para seu futuro avanço nos pontificados dos papas Paulo VI e João Paulo II.

O Arcebispo Montini encontra o "Tubarão"

Michele Sindona, conhecido como "o Tubarão", era uma figura fundamental nos círculos financeiros ocultos de Milão muito antes de Montini se tornar arcebispo[112].

Nascido em 1917 em Messina, no sudeste da Sicília, Sindona – educado pelos jesuítas – estudava direito quando as tropas britânicas e americanas invadiram a Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Muito empreendedor, ele decidiu aproveitar um lucrativo mercado negro e começou a negociar limões e trigo. Como a máfia siciliana controlava o mercado, Sindona fechou um acordo com o chefe mafioso Vito Genovese, no qual pagaria uma certa porcentagem de suas receitas para obter proteção para seus negócios e sua pessoa.

Em 1948, Sindona deixou o sul da Itália, pobre e devastado pela guerra, e emigrou para o norte, para a rica cidade industrial de Milão, onde se tornou "consultor financeiro" de vários milaneses ricos e influentes. Suas credenciais mafiosas o haviam acompanhado em sua jornada.

Em 1954, quando Sindona soube que Pio XII havia nomeado Monsenhor Montini para a Sé de Milão, ele obteve do arcebispo de Messina, sua diocese de origem, uma carta de apresentação ao novo prelado. Logo, ele teve um novo cliente na pessoa de Montini, ou seja, a Igreja de Milão.

Arcebispo Montini ficou tão grato a Sindona por seus serviços que ele levou o siciliano para Roma e o apresentou ao Papa Pio XII e ao príncipe Massimo Spada, alto funcionário do *Istituto per le Opere de Religioni* (Instituto para as Obras Religiosas). O IOR, conhecido como Banco do Vaticano, atuava como estabelecimento de depósito para os bens da Igreja destinados a obras de caridade[113]. Sindona se tornou um "homem de confiança" e obteve o controle quase total do programa de investimentos estrangeiros do IOR.

Os ativos brutos do IOR representavam na época mais de um bilhão de dólares, mas essa soma era secundária em relação à isenção de impostos de que gozava o IOR e à capacidade do estabelecimento de lavar dinheiro sujo, precisamente as receitas que os mafiosos tiravam do tráfico de heroína, da prostituição e das contribuições políticas ilegais provenientes de fontes ocultas, entre as quais a maçonaria[114].

Em 1960, Sindona, que operava de acordo com o velho adágio "O melhor meio de roubar um banco é possuir um", ofereceu sua própria banca, a Banca Privata, na qual ele recebeu rapidamente depósitos do IOR. Ele se serviu desses fundos para especular e aumentar assim seus próprios investimentos financeiros, e começou a lavar dinheiro sujo por meio do Banco do Vaticano.

Depois da eleição do Papa Paulo VI, Sindona seguiu Montini para Roma, onde ocupou um lugar de destaque no IOR. Suas operações e portfólios financeiros aumentaram em proporções exponenciais. Em 1964, ele criou uma sociedade de corretagem de moedas internacionais chamada Moneyrex, que tinha como clientes 850 bancos e movimentava anualmente duzentos

milhões de dólares. Muitos membros do Palazzo (o Palácio do Latrão), bem como personalidades ricas e famosas de Roma, se serviram dessa sociedade para colocar suas fortunas a salvo do fisco, em contas offshore ilegais. Sindona mantinha a contabilidade das transações de seus clientes na Moneyrex como seguro para tempos difíceis. O Vaticano e o Papa Paulo VI, bem como os nomes e números de contas secretas de membros importantes do Partido Democrata Cristão, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, figuravam todos no pequeno caderno negro de Sindona.

No final dos anos 1960, o "Gruppo Sindona" compreendia seis bancos (e depois nove) na Itália e no exterior, bem como mais de quinhentas empresas gigantes e conglomerados. Uma das bancas em questão, a Franklin National Bank, de Nova York, a décima oitava maior banca dos Estados Unidos e que possuía mais de cinco bilhões de dólares em ativos, foi comprada em parte com dinheiro que Sindona havia retirado de suas bancas italianas[115]. Sindona também obteve fundos de seus mestres secretos, a saber, a máfia siciliana, e, após 1971, da Propaganda Due (P2), loja maçônica de inspiração mafiosa que trabalhava para a elite do país e dirigida pelo Grão-Mestre Licio Gelli. Além disso, ele se encarregava de transações financeiras em nome da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), que, durante o período pós-guerra, despejava grandes somas de dinheiro na Itália; parte desse dinheiro foi parar no Banco do Vaticano[116].

Enquanto isso, Paulo VI, amigo de Sindona, recebia más notícias do Estado. De fato, o governo italiano ameaçava retirar da Igreja e dos bens e investimentos da Igreja a isenção fiscal de que o Vaticano gozava desde os anos do regime fascista de Mussolini. De acordo com o código fiscal revisado, o Estado do Vaticano deveria ser tributado como qualquer outra entidade. Sindona então recomendou um sistema para esconder o dinheiro do Vaticano em investimentos offshore, e o Papa concordou.

Um dos principais protegidos de Sindona era um milanês de nascimento chamado Roberto Calvi.

Calvi era o diretor central do Banco Ambrosiano, principal banca católica da Itália, em oposição às instituições bancárias laicas geridas por judeus e maçons. Era um personagem como os que Sindona gostava, o que anunciava um desastre não apenas para o Banco Ambrosiano, mas também para seu principal depositário, o Vaticano. Calvi tinha suas próprias conexões com o IOR por meio de Monsenhor Macchi, secretário pessoal de Montini. Ele também estava em excelentes termos com um prelado americano da Secretaria de Estado, Monsenhor Paul Marcinkus.

Paulo VI e o "Gorila"

Paul Casimir Marcinkus, de origem lituana humilde mas vibrante, nasceu em 15 de julho de 1922 em Cicero (Illinois), cidade que o gangster Al Capone havia dado má reputação nos anos 1920. Pouco depois de terminar seus estudos no seminário *St. Mary of the Lake*, em Mundelein, e sua ordenação no arcebispado de Chicago, o padre Marcinkus atraiu a proteção do cardeal Samuel Stritch. O jovem padre serviu o cardeal Stritch até 1952, ano em que foi nomeado para um cargo administrativo no Secretariado do Vaticano.

Em 1958, o cardeal Stritch se juntou a Marcinkus em Roma como Pró-Prefeito para a Propagação da Fé, mas morreu apenas três meses depois de assumir o cargo. Em seguida, não se ouviu mais falar muito de Monsenhor Marcinkus na Cúria Romana, exceto que ele continuou a desfrutar da

proteção dos sucessores de Stritch, o cardeal Albert Meyer e o cardeal Patrick Cody. Não demorou muito após a eleição de Paulo VI, em junho de 1963, para que a carreira de Marcinkus decolasse.

Marcinkus media mais de 1,90 metro, o que lhe valeu o apelido de "Gorila" por parte de seus amigos italianos do Secretariado. Paulo VI começou a empregar Marcinkus como guarda-costas e agente de segurança durante suas viagens ao exterior[117].

Em 1968, Paulo VI nomeou Marcinkus Secretário do IOR (Instituto para as Obras de Religião), e em 6 de janeiro de 1969, o consagrou bispo. Em seguida, Marcinkus se tornou Presidente do IOR. Até então, ele havia estabelecido relações muito fortes com Sindona, por meio dele com Calvi, e por meio de ambos com Gelli. Em outras palavras, o Banco do Vaticano tinha agora uma conta bancária comum com dois dos inimigos tradicionais da Igreja: a máfia siciliana e a maçonaria internacional.

Os escândalos internacionais sucessivos que ocorreram no rastro dessa união - falências do Franklin National Bank e do Banco Ambrosiano, denúncia pública da Propaganda Due (Loja P2) e publicação da lista de seus membros, assassinatos de Sindona e Calvi - são sinistros lembretes de um pontificado caracterizado pela corrupção[118].

O Pontificado Montiniano

Na mente dos cardeais reunidos em Roma em 19 de junho de 1963 para eleger um novo papa, não havia dúvida de que, ao morrer, João XXIII queria que o arcebispo Montini o sucedesse. E foi o que aconteceu[119]. No entanto, é significativo que, mesmo após Montini ter obtido os votos necessários para sua eleição, entre 22 e 25 cardeais - principalmente membros da Cúria, que o conheciam melhor - recusaram seu voto final[120].

Após sua instalação, em 30 de junho de 1963, o papa Paulo VI se comprometeu a levar a cabo os trabalhos do Segundo Concílio do Vaticano, inaugurado pelo papa João XXIII sob as instruções e orientações de Montini. E foi o que ele fez.

O pontificado de Paulo VI, que durou 15 anos, foi marcado por uma série de crises e traições sem precedentes, como raramente se viu na Igreja Católica em qualquer momento de sua história bimilenar.

As traições associadas ao Segundo Concílio do Vaticano foram implementadas por João XXIII, que usou sua autoridade para facilitar a reestruturação das 10 Comissões Conciliares. O papa João jogou fora todos os esquemas originais estabelecidos em três anos pela Comissão Preparatória do Concílio, exceto um, o da Liturgia Sagrada[121]. Em seguida, sob Paulo VI, os esquemas originais foram substituídos por novos textos conformes à ordem do dia prevista, que o arcebispo Montini e o Grupo do Reno haviam elaborado antes da abertura do Concílio.

A Igreja pós-conciliar do papa Paulo VI será lembrada pelos seguintes fatos:

O estupro da Liturgia

Os saques e pilhagens financeiros dos amigos de Montini, Sindona, Calvi e Marcinkus, não são nada comparados ao estupro da Liturgia Sagrada orquestrado por Paulo VI e cometido diante do mundo inteiro[122]. De todos os desastres que afligiram a Igreja durante o pós-Concílio, nenhum foi mais fatal do que a destruição da Missa de rito romano que nos vem dos Apóstolos[123]. De fato, o Santo Sacrifício da Missa é o fundamento do culto católico. É na Missa que se realiza o ato essencial da Transubstanciação, ou seja, a mudança do pão e do vinho no Corpo e no Sangue de Cristo. A Missa é a fonte da graça. É na Missa que o padre realiza sua verdadeira identidade de Grande Sacerdote e intermediário entre Deus e o homem.

Foi com uma inexplicável audácia que o papa Paulo VI substituiu a Missa de rito romano por um serviço abastardado e protestantizado chamado *Novus Ordo Missae* (nova ordem da missa) e o impôs aos padres e aos fiéis[124].

As "reformas" litúrgicas de Paulo VI não apenas destruíram integralmente a Missa tradicional, mas também alteraram cada aspecto da vida litúrgica, incluindo a Liturgia das Horas (saltério, leituras bíblicas, hinos, cânticos, intercessões), a ladainha dos santos, os sacramentos (Batismo, Crisma, Santa Comunhão, Penitência, Unção dos enfermos, Matrimônio e Ordens sagradas), as bênçãos, os ritos pontifícios, o calendário da Igreja e a música sacra[125]. Por um milagre da graça, a oração do Rosário escapou - sozinha - de qualquer mutilação.

O ataque contra a filosofia tomista

Sob Paulo VI, a escolástica tomista e a tradição da lei natural foram abandonadas em favor de uma ética "baseada nas Escrituras" e de novas tendências científicas, teológicas e eclesiais, como a fenomenologia e o existencialismo.

A mina do sacerdócio e da vida religiosa

Em total oposição à imagem do sacerdote pré-conciliar, masculino, viril e celibatário, a imagem do novo sacerdote da Igreja conciliar é resolutamente efeminada e frequentemente pouco casta.

Como nota o padre James McLucas em seu ensaio "A Emasculação do Sacerdócio", "a anexação invasiva, pelos leigos, de muitas funções sagradas anteriormente reservadas aos sacerdotes... é ontologicamente hostil a uma masculinidade saudável..."[126].

O "sacerdote do Vaticano II" projeta uma imagem de moleza e sentimentalismo. O novo sacerdote é charmoso e acomodante. Ele é ecumênico. Ele não condena nem o erro, nem aqueles que o professam. Ele é tudo, menos masculino. Segundo a fórmula do Dr. Conrad Baars, ele é incapaz de lutar "contra o mal em nome do bem, pronto a sofrer ferimentos, mas também, se necessário, pronto a infligir!"[127]

O padre McLucas destaca que Paulo VI enfraqueceu a obrigação do celibato dos sacerdotes ao abrir o diaconato permanente a não-celibatários, ou seja, homens casados, apesar de "nunca ter existido uma ordem sagrada acessível a não-celibatários desde que o celibato se tornou obrigatório na Igreja do Ocidente"[128]. A prática de admitir à sacerdócio, após sua conversão, ministros protestantes casados também contribuiu para abater a resistência à obrigação do celibato, indica McLucas[129].

A Igreja montiniana eliminou as "ordens menores", "abrindo assim a porta aos 'ministros leigos', que assumem os papéis de leitor e acólito anteriormente reservados aos homens que entravam na sacerdócio"[130]. "Essa novidade preparou o terreno para o rito de comunhão presidido por um leigo", acrescenta ele[131].

"... O acesso de leigos às funções sagradas, que eram o privilégio dos sacerdotes há pelo menos quinze séculos, envenena o sacerdócio", destaca McLucas[132]. "Essa observação procede de uma simples premissa: se a sacerdócio é reservado aos homens, como a Igreja sempre ensinou, o que prejudica a masculinidade do sacerdote enfraquece a sacerdócio em si", sustenta ele[133].

O papa Paulo VI enfraqueceu a sacerdócio de outras maneiras também.

Ele presidiu a laicização (redução ao estado leigo) de milhares de sacerdotes validamente ordenados, concedendo-lhes dispensas *pro gratia*[134]. Segundo Amerio, o efeito global dessas dispensas habituais foi diminuir a responsabilidade da deserção e modificar o caráter moral e jurídico da ruptura dos votos e do abandono da vocação[135]. A minimização da sublime dignidade sacerdotal inerente ao estado de sacerdote, implícita no *Novus Ordo* e no laxismo da disciplina e da moral que caracterizam a vida no seminário e o sacerdócio após o Concílio, contribuiu para o declínio geral da sacerdócio e da vida religiosa.

A abolição do juramento antimodernista

Essa medida fala por si mesma.

A evisceração da Cúria Romana

A destruição da Cúria Romana, que Montini desprezava desde seus primeiros anos na Secretaria de Estado, foi outra "obra" do pontificado montiniano. Paulo VI impôs a aposentadoria dos bispos aos 75 anos e lhes retirou o direito de voto no conclave após os 80 anos. Ao fazer isso, ele se livrou da "madeira morta", ou seja, dos prelados altamente estimados como homens de fé, honra, caráter, experiência e sabedoria. Ele os substituiu por homens de menor mérito, mas mais ao seu gosto e que respondiam melhor às suas inclinações. Como nota Amerio, observou-se na Igreja montiniana um "declínio do funcionamento formal e técnico da Cúria"[136]. O latim, que permitia aos membros da Cúria expressar-se com "nobreza, lucidez e precisão no estilo curial", caiu ainda mais em desuso[137]. O papa Paulo estava obcecado pela falta de erudição e precisão que constatava em seus próprios discursos e escritos, destaca Amerio[138]. O declínio da Cúria foi acompanhado de uma ascensão ao poder das conferências episcopais nacionais, nas quais o "coletivo Borg" decidia quem obtinha ou não um episcopado, segundo a vontade do candidato de cooperar com os líderes da burocracia eclesiástica.

A fraternização sem precedentes da Igreja com os hereges, os cismáticos e outros inimigos tradicionais da Igreja: comunistas, maçons, sionistas e funcionários da chamada "Nova Ordem Mundial"

O "espírito" do Vaticano II, saudado por todos os inimigos da Igreja como um sinal certo de aprovação divina, não era outro senão o mesmo "espírito" que havia inspirado a Revolução Francesa e seu lema maçônico "Liberdade, Igualdade, Fraternidade".

A proliferação das desventuras ecumênicas

Particularmente preocupantes para o bem da Igreja e dos fiéis eram o apoio crescente dado por Paulo VI ao Conselho Ecumênico das Igrejas - dominado pela União Soviética - e os contatos que ele estabelecia com essa organização conhecida por financiar terroristas e "guerras de libertação" na América Latina e na África. Dom Lefebvre declarou a respeito que as atividades inter-religiosas de Paulo VI eram portadoras de um "blasfêmia pública"[139].

A traição do cardeal ucraniano Josyf Ivanovycè Slipyi e do cardeal József Mindszenty, Primaz da Hungria, bem como dos incontáveis milhões de vítimas do comunismo internacional em todo o mundo, especialmente na Hungria, na Tchécoslováquia, no sul do Vietnã, em Angola, Moçambique e Uganda

O fracasso de *Humanae Vitae*, ou como minar a doutrina e a moral da Igreja sem as alterar

Como já mencionamos, o Papa João XXIII, a pedido do arcebispo Montini, havia criado no Vaticano, pouco antes de sua morte, uma Comissão Especial para estudar a questão da regulação das nascimentos e da demografia, com ênfase no reexame da proibição tradicional da Igreja sobre a contracepção, em vista dos novos meios científicos de criar esterilidade temporária nas mulheres por meio de hormônios.

A criação de uma comissão responsável apenas perante o Papa contornava os guardiões da fé que são os membros da Cúria. Uma vez estabelecida, Paulo VI criou uma nova comissão, ampliada em três níveis, para estudar a questão da "pílula" e dos problemas relacionados, e fazer recomendações. Seis anos se passaram entre a criação da Comissão inicial, em 1963, e a publicação de *Humanae Vitae*, em 1968. Isso foi mais do que suficiente para instalar uma dúvida sobre se a Igreja manteria ou não a proibição da contracepção. O velho adágio "*Lex dubia non obligat*" (lei duvidosa não obriga) adquiriu direito de cidadania na mente de muitos católicos, e quando *Humanae Vitae* foi publicada, já era letra morta para muitos deles. Toda essa questão foi, na verdade, uma lição sobre como minar os dogmas e a moral sem os alterar[140].

A crise se complicou ainda mais pelo fato de Paulo VI não querer impor uma proibição da contracepção que contrariasse a oposição a *Humanae Vitae* que sacerdotes, religiosos e professores católicos organizavam dentro das próprias universidades e escolas católicas. O atraso em afirmar a proibição da contracepção, juntamente com a incapacidade de chamar à ordem aqueles que, ocupando postos elevados na Igreja, estavam em rebelião contra o ensinamento e o ensinante, lançou uma grande sombra sobre a capacidade da Igreja de se expressar infalivelmente em matéria de fé e moral[141].

Todas essas ações associadas ao reinado de Paulo VI tiveram repercussões catastróficas para a Igreja.

Da mesma forma, cada uma delas beneficiou o coletivo homossexual que se constituiu rapidamente dentro e fora da Igreja após o Concílio, e cada uma desempenhou seu papel na

mudança de paradigma da Igreja em relação ao vício da homossexualidade, mudança consecutiva ao segundo Concílio do Vaticano.

No entanto, resta outro fator a ser estudado quando se questiona o extraordinário sucesso com que o coletivo homossexual colonizou a Igreja Católica nos Estados Unidos e no exterior: são as alegações de que o Papa Paulo VI teria sido vítima do vício da homossexualidade.

As alegações de homossexualidade contra o Papa Paulo VI

Começaremos pelas alegações do próprio coletivo homossexual.

O Papa Paulo VI é qualificado de homossexual em numerosas publicações homossexuais, e seu nome aparece em quase todas as listas de eminentes homossexuais publicadas por vários sites da internet do coletivo homossexual.

O coletivo homossexual tende a qualificar uma pessoa de "gay" mesmo que se saiba pouco sobre a vida privada dessa pessoa. Parte do pressuposto de que, na ausência de prova de que alguém é heterossexual, o interessado é *ipso facto* homossexual. Não resta espaço para nenhuma outra possibilidade. Por exemplo, o indivíduo em questão pode simplesmente ser assexuado ou pouco propenso ao sexo. Pode ter sublimado suas pulsões sexuais normais por amor à sua arte, profissão ou - no caso de um sacerdote votado ao celibato - por amor a Deus.

Em outros casos, o coletivo pode estar correto ao estimar - com base em provas - que o indivíduo em questão se entregava a um vício sexual particular, mas que esse vício não era necessariamente a homossexualidade.

Nesse sentido, o nome de Hans Christian Andersen, autor de contos de fadas, vem imediatamente à mente.

Seu nome figura em várias listas contemporâneas de "gays" eminentes do passado. Assim, o famoso sexólogo Magnus Hirschfeld qualificou publicamente Andersen como homossexual, ou pelo menos como homossexual "latente"[142].

No entanto, dados biográficos mais recentes indicam que Andersen tinha um temperamento altamente narcisista e que se entregava habitualmente e incuravelmente à prática da masturbação solitária. Como Elias Bredsdorff, da Universidade de Cambridge, nota em sua biografia do escritor, há provas suficientes de que Andersen era heterossexual por natureza, mas que sofria de um sentimento de inferioridade que tornava qualquer relacionamento impossível com uma mulher madura[143]. O auto-erotismo permitia que ele amasse a pessoa que mais amava desde a juventude: ele mesmo[144].

Mas no caso do Papa Paulo VI, não parece que tais erros de interpretação tenham sido cometidos.

É significativo que os meios homossexuais tenham descrito o Papa Paulo VI como homossexual muito antes de a questão da homossexualidade se tornar um elemento da consciência americana. Em outras palavras, o rumor de que Montini era sexualmente atraído por jovens homens fazia parte dos mexericos que circulavam dentro do coletivo muito antes da acusação de

homossexualidade ter sido publicamente formulada contra ele.

Nos Estados Unidos, durante sua assembléia constitutiva de 2 de dezembro de 1978, realizada no quartel-general da Igreja Unitária de Boston, a North American Man/Boy Love Association (NAMBLA: associação norte-americana para o amor entre homens e meninos) proclamou: "... A Igreja condena a desvio sexual, mas é hipócrita, pois tolera e até recompensa a hipocrisia sexual pessoal nos mais altos níveis de sua hierarquia, desde que os interessados observem exteriormente sua lealdade ao poder central: o Cardeal Spellman e Paulo VI são exemplos recentes"[145].

O testemunho de Robin Bryans

Como revela nas conclusões do capítulo relativo aos espões de Cambridge em sua autobiografia publicada em 1992 sob o título "A poeira nunca se assentou", o escritor irlandês Robin Bryans, homossexual assumido, afirma que seu amigo Hugh Montgomery lhe disse ter sido amante de Montini na juventude dos dois homens.

Lembre-se de que Hugh Montgomery era o irmão do artista bem conhecido Peter Montgomery, que foi parceiro sexual de Anthony Blunt, um dos espões de Cambridge. Segundo Bryans, Hugh Montgomery também foi amante de uma noite de Sir Gilbert Laithwaite, diplomata homossexual bem conhecido[146].

Por volta de 1935, Hugh Montgomery ocupou um cargo diplomático no Vaticano como encarregado de negócios, sob a autoridade de Sir Alec Randall, representante da Grã-Bretanha junto ao Santo Sede. Foi lá que ele conheceu outro jovem diplomata promissor - italiano, neste caso - Monsenhor Battista Montini, que compartilhava - aparentemente - as tendências sexuais de Hugh, e relatou-se que os dois homens se envolveram em uma aventura homossexual.

Segundo Bryans, Hugh Montgomery e seu amigo Battista Montini se associaram a essa época com alguns personagens bastante excêntricos, incluindo o Visconde Evan Tredegar, aristocrata convertido ao catolicismo, que havia servido como camareiro privado do Papa Bento XV[147].

O Visconde gostava de provocar seus amigos contando suas explorações sexuais e falando sobre ocultismo, incluindo missas negras às quais ele havia assistido e durante as quais se usavam sangue, urina e sêmen humanos[148]. Depois da morte de Bento XV e da eleição de seu sucessor Pio XI, Tredegar perdeu automaticamente sua posição honorária de camareiro privado. Ele desistiu de seu sonho de se tornar padre e retornou à casa de seus ancestrais, no País de Gales, onde se casou. Segundo um amigo próximo, Tredegar conservava uma fotografia mostrando o jovem Montini sentado em sua mesa de cabeceira e se mantendo "rosto a rosto com um 'robusto' marinheiro"; essa fotografia vizinhava com as de um membro da família real[149].

Durante uma entrevista com o escritor britânico Stephen Dorril, co-autor de "Honeytrap - Os mundos secretos de Stephen Ward", Bryans repetiu a história da aventura entre Hugh Montgomery e Montini. Dorril disse desde então que havia encontrado Bryans muito preciso na evocação de seus anos jovens, durante os quais fazia parte da "elite" homossexual londrina.

Hugh Montgomery se converteu ao catolicismo, se inscreveu no Beta College e foi ordenado padre católico. Não se sabe muito mais sobre esse clérigo controverso.

Se é verdade que Montini teve uma aventura homossexual quando era jovem diplomata no Vaticano, é quase certo que pelo menos alguns membros da Cúria Romana tomaram conhecimento disso. Mas como o interessado era bem protegido por sua família - politicamente poderosa - e por outros prelados influentes, incluindo Eugenio Pacelli, o futuro Pio XII, não teria sido possível retirar suas funções diplomáticas.

As acusações de Roger Peyrefitte

Roger Peyrefitte, romancista e ex-embaixador da França, nascido em 1907, era um homossexual assumido e conhecido por defender os "direitos dos gays".

Em 1976, Peyrefitte concedeu uma entrevista à Gay Sunshine Press, representada por D.W. Gunn e J. Murat, sobre a suposta homossexualidade do Papa Paulo VI[150].

Ele afirmou que, em janeiro daquele ano, o Papa havia feito um discurso público condenando a homossexualidade, a masturbação e as relações sexuais antes do casamento. Peyrefitte acrescentou que a hipocrisia do Papa o irritava, pois era sabido em certos círculos que, quando Montini era arcebispo de Milão, ele havia tido um relacionamento homossexual com um jovem ator de cinema, cujo nome Peyrefitte conhecia. O escritor francês afirmou que obtivera essa informação "não de comunistas ou porteiros", mas de membros da alta nobreza italiana que ele conhecia bem. Suas fontes milanesas lhe teriam informado que, em certos círculos, era um segredo político que Montini frequentava uma "casa discreta" para encontrar garotos e que ele tinha um favorito chamado Paul.

Depois da condenação da homossexualidade por Paulo VI, um repórter francês do jornal *Lui* veio entrevistar Peyrefitte. Foi então que Peyrefitte divulgou o passado homossexual de Montini em Milão.

A entrevista do *Lui* foi reproduzida pelo semanário italiano *Tempo*, em Roma, em 26 de abril de 1976. Peyrefitte afirmou que era como se uma bomba-relógio tivesse explodido.

O Vigário de Roma e a Conferência Episcopal Italiana instituíram um "Dia de Consolação" pelas calúnias espalhadas contra o Santo Padre. No Domingo de Ramos, o Papa leu do balcão do Vaticano uma declaração tratando "... das coisas horríveis e caluniosas..."[151]. Peyrefitte afirmou que suas acusações contra o Papa estavam circulando pelo mundo todo[152].

Em "O Vaticano! Uma visão cruel da Santa Sé", Paul Hofmann, ex-correspondente em Roma do *New York Times*, retoma as acusações de Peyrefitte contra Montini[153]. Ele cita nominalmente Paolo Carlini, ator italiano conhecido, com quem Montini teria feito amizade em Milão quando era arcebispo da cidade e que devia fazer visitas frequentes ao Papa Paulo VI nos aposentos privados do Vaticano[154].

As acusações do padre de Nantes

No verão de 1993, o padre Georges de Nantes, fundador da Liga da Contra-Reforma Católica em Troyes, França, em 1969, explicitou as acusações de homossexualidade contra o Papa Paulo VI no número de junho-julho da "Contra-Reforma Católica no Século XX"[155].

O padre afirmou que seus comentários respondiam ao anúncio feito pelo Papa João Paulo II em 13 de maio de 1993, dia da festa de Nossa Senhora de Fátima, de que o processo de canonização do Papa Paulo VI estava avançando de acordo com o procedimento diocesano preliminar realizado em Milão em 1992.

"Recebi a notícia da abertura do processo de canonização do meu predecessor Paulo VI. Ele era um pai para mim, no sentido pessoal do termo. É por isso que não posso expressar minha grande alegria e gratidão", disse o Papa João Paulo II[156].

A acusação de homossexualidade contra o Papa Paulo VI na "Contra-Reforma" começa com a lembrança do padre de Nantes das acusações de Paul Hofmann sobre a Máfia milanesa, ou seja, os laços notórios que o arcebispo Montini mantinha em Milão com a Máfia e a maçonaria[157].

O padre de Nantes cita então um livro em sua posse, cuja referência não é indicada, e que fala de um cardeal não italiano, "homem grande, afável e de olhos penetrantes", que o Papa Paulo VI nomeou para um posto-chave no Vaticano e que tem a reputação de manter relações pederastas com os *ragazzi*, os garotos que vivem no bairro situado atrás do Vaticano[158]. Ele diz ter aprendido que, após a eleição de Montini ao trono de Pedro, houve um aumento incrível do número de seminaristas e padres homossexuais nos Estados Unidos e nos Países Baixos. No entanto, Roma não fez nada, acrescenta ele[159].

Finalmente, o padre relembra um incidente que ocorreu na véspera do conclave de 1963, após o qual Montini seria eleito papa. Segundo ele, o padre de Saint-Avit, da Basílica de São Paulo Fora dos Muros, o informou na noite da abertura do conclave que a brigada de costumes da polícia de Milão tinha um dossiê sobre Montini. Portanto, o novo papa não poderia ser e não seria Montini. Mas foi Montini quem foi eleito[160].

O padre de Nantes se dirige então ao papa João Paulo II:

Portanto, depois que a eleição de um homossexual reconhecido para o Trono de São Pedro envenenou a Igreja, Você, Santíssimo Pai, quer revivê-lo e fortalecê-lo elevando esse mesmo miserável Paulo VI aos altares, oferecendo seus ossos como relíquias aos beijos piedosos dos fiéis e seu rosto atormentado aos seus olhares fervorosos na Glória do Bernini? Ah não, é impossível. Não será![161]

As revelações de Franco Bellegrandi

Em sua última obra, "Vaticano II, Homossexualidade e Pedofilia", Atila Sinke Guimarães levanta a questão da homossexualidade de Paulo VI[162]. Guimarães cita Franco Bellegrandi, ex-membro da Guarda Nobre Pontifícia (elemento do exército do papa) que foi testemunha dos funestos mudanças ocorridos no Vaticano após a entrada em funcionamento do papa Paulo VI.

Bellegrandi reitera a acusação de que, quando era arcebispo de Milão, Montini foi detido pela polícia local durante uma de suas visitas noturnas aos bordéis masculinos da cidade.

O ex-guarda do Vaticano descreve o processo de colonização homossexual que, segundo ele, começou sob o papa João XXIII, mas se acelerou sob Montini - processo com o qual o leitor deve

estar agora bastante familiarizado. Bellegrandi afirma que antigos funcionários do Vaticano foram demitidos para dar lugar aos favoritos de Montini, afligidos pelo mesmo vício que ele. Estes, por sua vez, trouxeram seus amantes - "jovens efeminados com uniformes elegantes e maquiagem para ocultar suas barbas", destaca ele[163].

Bellegrandi relata ainda que, segundo o que lhe disse um funcionário do serviço de segurança do Vaticano, o ator amigo de Montini tinha acesso livre aos apartamentos pontifícios e era visto utilizando o elevador do papa à noite[164].

A questão do chantagem

Uma das declarações de Bellegrandi que me chamou a atenção é que, assim que foi eleito papa, Paulo VI foi submetido a um chantagem por parte dos maçons italianos. Em troca de seu silêncio sobre as estadias furtivas do arcebispo Montini na Suíça, onde ele se encontrava com seu amante ator, que parece não ter escondido suas relações com o prelado, os maçons exigiram que o papa levantasse a proibição que a Igreja sempre havia imposto à cremação após a morte. O papa se inclinou.[165]

Essa não era, aliás, a primeira vez que as perversões sexuais de Montini o expunham a chantagem.

Durante uma troca de cartas que tive com um escritor britânico conhecido por estar a par das operações do MI6 (o serviço de inteligência britânico no exterior), meu correspondente me disse que se perguntava se a homossexualidade de Montini não o havia exposto a chantagem por parte de agentes secretos britânicos ou soviéticos durante a Segunda Guerra Mundial. Ele pensava que os britânicos (o MI6) e os americanos (a OSS) estavam a par da homossexualidade de Montini e haviam usado essa informação para garantir a cooperação do interessado na gestão, após a guerra, das rotas de exfiltração do Vaticano e dos Aliados[166].

Existem outras fontes de informação sobre o chantagem que o KGB e o GRU soviéticos poderiam ter exercido sobre Montini após a guerra.

Um parisiense idoso, que havia trabalhado no início dos anos cinquenta como intérprete oficial para contas de clérigos de alto escalão do Vaticano, disse ao autor que os soviéticos haviam exercido um chantagem sobre Montini para que ele revelasse os nomes dos padres que o Vaticano havia enviado clandestinamente para trás da Cortina de Ferro durante a Guerra Fria, a fim de exercer seu sacerdócio junto aos católicos da União Soviética. A polícia secreta soviética aguardava esses padres infiltrados assim que eles cruzavam a fronteira da União Soviética, e eles eram então abatidos ou enviados ao Gulag[167].

Nunca saberemos, talvez, em que medida o papa Paulo VI foi submetido a chantagem por parte dos inimigos da Igreja. É possível que, no que diz respeito aos comunistas e socialistas, essa chantagem tenha sido inteiramente desnecessária, dada a fascinação que a esquerda sempre exerceu sobre Montini e as afinidades que ele teve com ela durante toda a sua vida. Por outro lado, é provável que os maçons italianos, o MI6 e a OSS, em primeiro lugar, e a CIA e a Máfia, em seguida, tenham usado chantagem e extorsão contra Montini desde o início de sua carreira como jovem diplomata, depois como arcebispo de Milão e, finalmente, como papa.

A Queda do Véu

A homossexualidade do Papa Paulo VI, sem dúvida, favoreceu a mudança de paradigma que acompanhou a ascensão do coletivo homossexual na Igreja Católica nos Estados Unidos, no Vaticano e em todo o mundo na metade do século XX.

Paulo VI desempenhou um papel decisivo na escolha e no avanço de muitos membros homossexuais da hierarquia americana, incluindo os cardeais Joseph Bernardin, Terence Cooke e John Wright, o arcebispo Rembert Weakland, bem como os bispos George H. Guifoyle, Francis Mugavero, Joseph Hart, Joseph Ferrario, James Rausch e seus sucessores.

O conhecimento do fato de que um homossexual ocupava o Trono de Pedro - um conhecimento que se espalhou como um incêndio na comunidade "gay" - certamente deu a homens homossexuais a vontade de se tornarem padres, ao mesmo tempo em que consideravam o impensável, ou seja, uma ordem religiosa ou uma comunidade religiosa composta exclusivamente por sodomitas.

Além disso, o quase-segredo mantido por muito tempo sobre a vida homossexual de Paulo VI contribuiu por décadas para o silêncio e a dissimulação da hierarquia americana sobre a questão da homossexualidade em geral e sobre as atividades criminosas de padres pedófilos em particular.

Mas isso não é mais um segredo.

Pois a última peça do quebra-cabeça agora está no lugar.

"Nossa Senhora de Fátima, ore por nós."

[33] As informações biográficas sobre o Papa João XXIII são extraídas de *João XXIII - Papa do Século*, de Peter Hebblethwaite (Nova York: Continuum, 1984). Hebblethwaite, ex-jesuíta, deixou o sacerdócio em 1974 para se casar. Durante mais de dezesseis anos, ele escreveu artigos sobre assuntos vaticanos para o *National Catholic Reporter*. Ele morreu em Oxford, na Inglaterra, em 18 de dezembro de 1994.

[34] Ibid., 7-8.

[35] Ibid., 14.

[36] Ver Hebblethwaite, *João XXIII*, p. 45, e Martínez, *A Mineração da Igreja Católica*, p. 116.

[37] Hebblethwaite, p. 53.

[38] Martínez, p. 58.

[39] Ibid., p. 117.

[40] Hebblethwaite, *João XXIII*, p. 53.

[41] Ver Barry Rubin, *Intrigas de Istambul - Espionagem, Sabotagem e Traição Diplomática na Capital Mundial da Espionagem da Segunda Guerra Mundial* (Nova York, Pharos Books, 1991).

[42] Martínez, p. 76 e 77.

[43] Ibid. p. 70. - NdT: alusão à peça de Shakespeare *O Mercador de Veneza*, na qual o agiota judeu Shylock - para vingar as vicissitudes impostas a seus correligionários, e em particular a ele mesmo - exigia que lhe fosse dada em pagamento uma libra de carne de seu devedor insolvente, que se encontrava ser um gentio.

[44] A UNESCO era a agência das Nações Unidas que os soviéticos haviam mais bem penetrado. O KGB e o GRU usavam essa organização para disseminar a desinformação e a propaganda pró-comunista. Em dezembro de 1971, os serviços secretos franceses estimavam que cerca de um terço dos funcionários soviéticos da UNESCO eram agentes dos serviços secretos ou dos serviços de inteligência militar da URSS. Os altos funcionários da UNESCO eram abertamente pró-soviéticos. No entanto, em nenhum momento, o Vaticano reconheceu publicamente que a UNESCO fosse um centro ativo de agentes soviéticos. Ver Richard Deacon, *O Serviço Secreto Francês*, p. 229 e 230.

Segue aqui a tradução:

[45] Martínez, p. 117.

[46] Ibid.

[47] Ver Piers Compton, *A Cruz Partida* (Cranbrook, Austrália Ocidental: Veritas Publishing Co., 1984), p. 49 e 50.

[48] Hebblethwaite, *João XXIII*, p. 114.

[49] Durante o conclave de outubro de 1958, havia 51 eleitores. O cardeal Roncalli era *papabile*. Houve onze rodadas de votação. Roncalli foi eleito no terceiro dia, ou seja, em 28 de outubro de 1958. O arcebispo estava preparado, pois, de acordo com Martínez, o bispo Bruno Heim, secretário de Roncalli, estava trabalhando há semanas nas futuras armas papais do interessado.

[50] Os nomes dos cardeais eleitos durante os consistórios organizados de 1903 a 2001 podem ser encontrados no seguinte site da Internet:

http://www.stjohnxxiii.com/Cardinals/The_Cardinals_of_the_Church/consistories-xx.htm.

[51] Martínez, p. 119. Ver também Komonchak, ed., *História do Vaticano II*, p. 325.

[52] Martínez, p. 131. Os cardeais criados por João XXIII não pertenciam todos à ala "progressista" ou "liberal" que dominava o grupo do Reno. Entre as exceções estava Antonio Bacci, secretário dos Breves, que foi eleito no consistório de 28 de março de 1960. O cardeal Bacci fazia causa comum com o cardeal Ottaviani na luta contra o *Novus Ordo Missae*.

[53] Komonchak, p. 71-22.

[54] O discurso proferido em 11 de outubro de 1962 pelo papa João XXIII durante a abertura do Segundo Concílio do Vaticano pode ser consultado no site da Internet <http://www.papalencyclicals.net/vatican2.htm>. Este site também contém todos os documentos do Concílio. Uma excelente crítica ao discurso em questão pode ser encontrada na obra de Amerio *Iota Unum*, p. 73-79.

[55] Amerio, p. 62 e 63.

[56] Padre Paul Kramer, *A Última Batalha do Diabo* (Nova York: Good Counsel Publications Inc., 2002), p. 45.

[57] Komonchak, p. 15.

[58] *Ibíd.*, p. 64.

[59] *Ibíd.*, p. 55-57. Onde o Vaticano obteve os créditos necessários para financiar um concílio geral? É um segredo até hoje. Nenhum orçamento da Comissão para a Administração do Patrimônio do Vaticano (Banco do Vaticano) foi tornado público. As estimativas relativas ao custo das três sessões do Concílio variam entre 25 e 75 milhões de dólares dos EUA. As alterações feitas na Basílica de São Pedro custaram mais de 950.000 dólares. Os Padres do Concílio com recursos suficientes puderam se sustentar, mas o Vaticano teve que fornecer subsídios aos bispos dos países pobres. As hierarquias dos EUA e da Alemanha, aparentemente, forneceram uma generosa assistência financeira. É provável também que fundos tenham sido fornecidos por grupos que tinham interesse em que um Concílio geral fosse realizado para minar e enfraquecer a Igreja Católica Romana, como as agências de inteligência dos EUA, a maçonaria internacional e o lobby judeu internacional.

[60] Martínez, p. 108. Para uma análise dos líderes e da agenda do grupo do Reno e de seus *periti*, ver o padre Ralph M. Wiltgen, SVD, *O Reno Flui para o Tibre* (Rockville, Ill. Tan Books, 1966). Com o apoio do arcebispo Montini, que trabalhava de dentro para orientar o Concílio, o grupo do Reno pôde controlar o mecanismo do Concílio, garantindo uma composição vantajosa das comissões, modificando os regulamentos e praticando uma microgestão da imprensa.

[61] Komonchak, p. 426.

[62] Maurice Pinay, *O Plano Contra a Igreja* (Palmdale, Califórnia: Christian Book Club of America, 1967). Publicado no outono de 1962 para coincidir com a primeira sessão do Concílio, este livro de 700 páginas foi atacado por antissemitismo devido às suas alusões ao lobby judeu internacional e ao sionismo internacional, apresentados como a "sinagoga de Satanás". No entanto, considerando a autodemolição da Igreja que se seguiu ao fechamento do Segundo Concílio do Vaticano, ele vale a pena ser lido. A edição em inglês é uma tradução feita em 1967 a partir das edições alemã e espanhola.

[63] Amerio, p. 67 e 68.

[64] Martínez, p. 108.

[65] *Ibid.*, ver Hans Küng, *O Concílio, Reforma e Reunião* (Nova York: Sheed and Ward, 1961).

[66] O Acordo de Metz, tramado por Montini com a cooperação do papa João XXIII, representava uma traição inacreditável. Mas a traição da confiança dos Padres da Igreja presentes no Concílio não era nada comparada à traição da hierarquia, do clero e dos fiéis uniatas que estavam no gulag soviético por terem se recusado a se integrar à religião ortodoxa russa controlada pelos soviéticos, bem como à traição de milhões de cristãos que estavam atrás da Cortina de Ferro e da Cortina de Bambu.

[67] Ver Wiltgen, p. 122.

[68] Dom Josyf Ivanovycè Slipiy nasceu em 17 de fevereiro de 1882 em Sazdrist, Ternopil, na arquidiocese de Lvov, na Ucrânia. Ele estudou no colégio de Ternopil e na Universidade de Lvov e foi ordenado sacerdote em 30 de setembro de 1917. Ele foi consagrado arcebispo de Lvov em 22 de dezembro de 1939. Cinco anos depois, ele foi preso e enviado à Sibéria por 18 anos pelo regime soviético. Ele foi libertado em 1963 graças à intervenção do Presidente John Kennedy e do Papa João XXIII e enviado ao exílio em Roma. Após as manifestações de seus compatriotas, Dom Slipiy pôde participar das três últimas sessões do Segundo Concílio do Vaticano e foi elevado ao cardinalato pelo Papa Paulo VI em 22 de fevereiro de 1965. Ele morreu em 7 de setembro de 1984. Seu funeral foi adiado por mais de dez dias para permitir que fiéis de todo o mundo participassem, e mais de um milhão deles vieram prestar homenagem. Ver o site da Igreja Católica Grega Ortodoxa: www.papalvisit.org.ua/eng/ugcc_slipiy-php.

[69] Esse incidente é relatado por Andrea Riccardi em *Il Vaticano e Mosca* (Roma: 1993) Laterza ed., no capítulo VII intitulado "Fine della Condanna, Inizio del Dialogo"; pelo Reverendo Padre Michael Simoulin em *Was the «Good Pope» a Good Pope?*, parte I, The Angelus, 23 de setembro de 2000, n° 9; bem como pelo site www.sspcx.ca/Angelus/2000_September/Was_Good_Pope_Good_Pope_Pt1.htm. A obra em três partes do Padre Simoulin sobre o pontificado do Papa João XXIII é muito notável.

[70] *Ibid.*

[71] Komonchak, p. 22.

[72] *Ibid.*, p. 7.

[73] Os comentários do Irmão Michel da Santíssima Trindade são extraídos do discurso sobre "O Mistério do Terceiro Segredo de Fátima" que ele fez em 24 de novembro em Roma, durante uma conferência patrocinada pela Cruzada Internacional do Rosário de Fátima, dirigida pelo Padre Nicholas Gruner. O texto integral pode ser consultado no site <http://www.shrineofsaintjude.net/home1301.html>. A obra em quatro volumes sobre Fátima está disponível na Immaculate Heart Publications, Buffalo, NY.

[74] *Ibid.*

[75] Komonchak, p. 71.

[76] O Beato Angelo Giuseppe Roncalli foi beatificado pelo Papa João Paulo II em 3 de setembro de 2000.

[77] Hebblethwaite, *Paulo VI*, p. 19.

[78] Durante séculos, a Igreja condenava o uso de ama-seca quando a mãe era capaz de amamentar seu próprio filho, mas essa advertência era amplamente ignorada pelas classes superiores.

[79] Hebblethwaite, *Paulo VI*, p. 29.

[80] Ibid., p. 271.

[81] Ver James Glampe, "Giulio Andreotti", no site <http://www.uwgb.edu/galta/333/andreot.htm>.

[82] Ver Sterling, *OCTOPUS*, p. 220. Como Sterling observa, não há nenhuma prova de que os Aliados tenham deliberadamente conspirado para entregar a Sicília à Máfia. Simplesmente, foi assim que as coisas evoluíram. É provável que não tenha havido um grande acordo único entre os Aliados e a Máfia, mas sim acordos menores entre membros subalternos de ambas as partes, observa Sterling.

[83] Hebblethwaite, *Paulo VI*, p. 124.

[84] Owen Chadwick, *Grã-Bretanha e o Vaticano durante a Segunda Guerra Mundial* (Londres: Cambridge University Press, 1986), p. 265. Segundo o historiador britânico Chadwick, não há dúvida de que Montini desempenhou um papel ativo na comunicação a Londres dos detalhes do armistício italiano. Ver também Anthony Rhodes, *O Vaticano na Era dos Ditadores*.

[85] Ibid. p. 156.

[86] Hebblethwaite, *Paulo VI*, p. 126.

[87] Linda Hunt, *Agenda Secreta: O Governo dos EUA, Cientistas Nazistas e Projeto Paperclip, 1944-1990* (Nova York: St-Martin's Press, 1991).

[88] Martínez, p. 82.

[89] Chadwick, p. 22 e 23.

[90] Ibid., p. 23 e 24.

[91] Ibid., p. 232 e 233.

[92] Ibid., p. 81 e 82.

[93] Ibid.

[94] Ibid. Ver o documento JR1022 publicado pelo OSS, escritório de Washington D.C. Ver também Piers Compton, *A Cruz Quebrada*, p. 51 e 52.

[95] O último consistório do pontificado de Pio XII ocorreu em 12 de janeiro de 1953.

[96] Niccolo Machi.

[97] Giovanni Battista Montini era um protetor do filósofo francês Jacques Maritain.

[98] Hebblethwaite, *Paulo VI*, p. 271.

[99] Ver Hamish Fraser, "Jacques Maritain e Saul David Alinsky – Pais da Revolução 'Cristã'", Hamish Fraser, Suplemento de *Abordagens*, nº 71.

[100] Ver o ensaio do padre Georges de Nantes sobre o "MASDU" no site da Internet <http://www.crc-internet.org/lib1masdu.htm>. O padre de Nantes é o editor-chefe de *La Contre-Réforme catholique au XXème siècle*, Maison Saint-Joseph, Saint-Parres-lès-Vaudes, França.

[101] Fraser, p. 5.

[102] A obra mais conhecida de Alinsky, *Regras para Radicais* (Nova York: Random House, 1971), é dedicada ao "primeiro radical", Lúcifer. Ver também Marion K. Sanders, *O Radical Profissional – Conversas com Saul Alinsky* (Nova York: Harper & Row, 1965).

[103] Fraser, p. 49 e 50. Nota do Tradutor (NdT): "Call to Action" (Chamado à Ação) é uma organização "católica" que defende a ordenação de mulheres, o casamento de padres e o laxismo sexual, entre outras grandes causas não apenas modernistas, mas claramente anticatólicas...

[104] Ibid., p. 17.

[105] Ibid., p. 44.

[106] Ibid.

[107] Ibid.

[108] Millenari, *O Sudário do Segredo*, p. 137 a 139. Os autores argumentam que Poletti e Montini fizeram um pacto secreto para não revelar o conteúdo da carta de 3 de janeiro de 1963. Sua conta não indica se *Il Popolo d'Italia* dos anos 60 tinha alguma relação com um jornal socialista de mesmo título fundado por Mussolini, que havia sido publicado de 1914 a 1943, ou se era uma publicação diocesana ou laica sem relação com ele.

[109] Após a morte de Paulo VI, em 6 de agosto de 1978, o cardeal Benelli era considerado o mais bem colocado de todos os *papabili*, mas foi o cardeal Albino Luciani, de Veneza, que foi eleito com o nome de João Paulo I. Após a morte deste, Benelli se viu novamente em boa posição para ser eleito papa, mas desta vez foi superado por um polonês, o cardeal Karol Wojtyła. Benelli permaneceu como cardeal-arcebispo de Florença até 1982, quando morreu de um infarto.

[110] Em 1989, onze anos após a morte de Paulo VI, o papa João Paulo II nomeou Macchi arcebispo (com título pessoal) de Loreto. O arcebispo Macchi se aposentou em 1996, aos 72 anos.

[111] O bispo Donato De Bonis é provavelmente o menos conhecido desses quatro homens. O arcebispo Macchi o consagrou bispo em 25 de abril de 1993, embora ele, que era agente do Banco do Vaticano, tivesse sido acusado de cumplicidade em fraude fiscal. De Bonis também foi identificado como maçom, mas é verdade que Macchi também o era. No verão de 1984, De Bonis ganhou as manchetes da imprensa americana ao fazer uma doação de US\$ 2.000 à "March of Dimes" (MOD), o principal promotor do aborto eugênico nos EUA. A visita do funcionário do Vaticano ao banquete da MOD em Hartford, Connecticut, foi coordenada pelo bispo James T. McHugh, da diocese de Camden, Nova Jersey. Ver Randy Engel, *Um Manual da March of Dimes – O A-Z do Assassinato Eugênico* (Export, Pa.: U.S. Coalition for Life, PA, 1991).

[112] Esta parte sobre as finanças do Vaticano e o IOR se baseia em informações extraídas de um grande número de publicações e sites da Internet, incluindo o trabalho de Conrad Goeringer "História do IOR – Assassinato, Banco, Estratégia – o Vaticano" (<http://www.voxfux.com/features/vaticanmurder.html>). Ver também David A. Yallop, *Em Nome de Deus – Uma Investigação sobre o Assassinato do Papa João Paulo I* (Nova York: Bantam Books, 1984).

[113] O IOR, ou Banco do Vaticano, está localizado na Torre de Nicolau V, construída sobre o palácio papal. Suas operações diferem das de uma instituição bancária comum. Não concede empréstimos e não emite cheques. Seus depositantes são dioceses, paróquias, ordens religiosas e ordens fraternais. Sua história remonta ao papado de Leão XIII, que fundou a Administração para as Obras Religiosas. Após a assinatura do Pacto de Latrão em 1929, o papa Pio XI criou outra agência, a Administração do Patrimônio do Santo Sé, encarregada de gerenciar os direitos pagos a este último pelo Estado italiano como compensação pela perda dos Estados Pontifícios. Em 1942, o papa Pio XII criou outra agência financeira, o Instituto para as Obras Religiosas (IOR), que colocou sob a direção de Bernardino Nogara. Este último empreendeu a realização de um programa de investimentos diversificados e de investimentos imobiliários que fez o Vaticano entrar no mundo moderno da finança internacional. Pela primeira vez, o Santo Sé havia estabelecido ligações diretas com os impérios financeiros laicos de J.P. Morgan, Rotschild e outros. Em 1954, quando Nogara se aposentou, ele especulou reinvestindo os lucros, conseguindo aumentar para quase US\$ 1 bilhão os US\$ 85 milhões recebidos em 1929 do governo de Mussolini. O Vaticano detinha então interesses em laboratórios farmacêuticos gigantes e em conglomerados de química, indústria e construção, como Immobiliare, bem como ações em grandes empresas como General Motors, Gulf Oil e IBM. Ver "Banca Intesa: Tão Católico, Tão Ingrato", *L'Espresso* nº 25, 18-23 de junho de 2004, no site da Internet http://213.92.16.98/ESW_articolo/0%2C2393%2C42171%2C00.

[114] Durante os anos 80, os ativos brutos do IOR haviam alcançado cerca de US\$ 10 bilhões.

[115] O Banco Franklin faliu em outubro de 1974. Sindona havia obtido 1,7 bilhão de dólares em assistência do Federal Reserve, mas isso não foi suficiente para salvar o estabelecimento. Agentes federais atribuíram a responsabilidade pela falência a Sindona e seus associados na máfia siciliana e no Vaticano.

[116] Ver Thomas Naylor e R.T. Naylor, *Dinheiro Quente e Política da Dívida: Finanças e Política da Dívida* (Nova York: Simon & Schuster, 1987). Este livro trata de um caso entre muitos em que o autor descobriu uma conexão entre os financiamentos da CIA e o Vaticano.

[117] Richard Hammer, *A Conexão do Vaticano* (Nova York: Holt, Rinhart e Winston, 1982), p. 207.

[118] O império de Sindona começou a desmoronar com a falência do Banco Nacional Franklin em 1974. No início dos anos 60, as atividades financeiras irregulares de Sindona já haviam chamado a atenção da Interpol. Para escapar da justiça italiana, Sindona foi para Nova York, onde foi preso em 1979, julgado e condenado por 99 acusações de fraude, perjúrio e apropriação indevida de créditos bancários, e depois enviado para a prisão. Em 2 de agosto de 1979, seus chefes mafiosos - em cooperação com a "família" Gambino, de Nova Jersey - organizaram seu "sequestro" da prisão e o enviaram para Palermo, onde estava seguro. Em 1980, Sindona foi preso pela polícia italiana e julgado em Milão. Ele então fez um apelo por fundos a seus ricos apoiadores italianos (cujos nomes e contas bancárias ilegais no exterior ele havia anotado em seu pequeno caderno preto). Ao descobrir que Calvi não havia colocado os ativos do Banco Ambrosiano à sua disposição, Sindona espalhou a informação de que Calvi havia roubado o banco. Na verdade, o dinheiro recebido do Palazzo para as "despesas judiciais" de Sindona foi parar nos bolsos dos grandes nomes da máfia, que sabiam que Sindona havia perdido bilhões de seu próprio dinheiro em especulações financeiras. A máfia não podia nem queria deixar vivo um ladrão tão desonesto. Pouco após sua condenação em 1986 por um tribunal de Milão por ter ordenado o assassinato de um magistrado italiano influente, Sindona foi encontrado morto em sua cela, envenenado com estricnina. Calvi não teve mais sorte. Embora o Banco Ambrosiano tivesse uma regra de que nenhum acionista poderia possuir mais de 5% do capital do banco, para evitar que qualquer pessoa ou empresa controlasse o estabelecimento sozinha, Calvi - com a ajuda de Marcinkus, Sindona, Gelli e outros personagens - havia criado empresas offshore "fantasmas" para acessar os ativos do banco. Muitas dessas empresas de existência ilegal eram financiadas com dinheiro desviado do IOR. O banco "católico" se tornou também um grande centro de lavagem de dinheiro mafioso no exterior. Quando os crimes de Calvi e companhia foram descobertos, faltavam 1,3 bilhão de dólares no banco. Em 1981, Calvi foi condenado por fraude de divisas e sentenciado a quatro anos de prisão e uma multa de 12 milhões de dólares, mas conseguiu escapar da justiça civil italiana. Em 19 de julho de 1982, seu corpo foi encontrado pendurado sob a ponte dos Frades Negros, em Londres. Embora esse assassinato tenha sido inicialmente qualificado como "suicídio" pela Scotland Yard, conhecida por sua hierarquia maçônica, as investigações posteriores do Ministério da Justiça italiano revelaram que a máfia havia assassinado Calvi por enforcamento para garantir seu silêncio sobre o papel que a máfia, os maçons e o Banco do Vaticano haviam desempenhado no caso Ambrosiano e em outras combinações financeiras ilegais. Posteriormente, o Vaticano concordou em pagar 250 milhões de dólares aos credores do Banco Ambrosiano sem ter que declarar publicamente ter cometido qualquer delito. Essa "contribuição" foi paga após a revelação de que Calvi havia obtido de Marcinkus "cartas de patrocínio" que garantiam os empréstimos de Calvi. O escândalo da Loja P2 eclodiu em 17 de março de 1981. A denúncia pública da conexão entre a máfia e a maçonaria italiana foi uma revelação de proporções astronômicas. Foi também o caso da lista de 962 maçons que a polícia descobriu ao vasculhar a villa de Licio Gelli em Arezzo, considerando os personagens cujos nomes ela continha: dezessete generais do exército, quatro generais da força aérea, nove oficiais superiores dos Carabinieri, oito almirantes da marinha, os três chefes dos serviços secretos italianos, trinta e oito deputados e senadores italianos, catorze magistrados, três ministros, bem

como cinco prefeitos do Vaticano e outros altos funcionários da Igreja. O Grão-Mestre Gelli foi julgado e condenado a uma curta pena de prisão, que foi traduzida em uma simples prisão domiciliar. Ele morreu de morte natural. Foi o arcebispo Paul Marcinkus quem se saiu melhor. Após a morte de Paulo VI, em 1978, o papa João Paulo II o manteve no cargo no IOR até 1989. Além disso, ele lhe atribuiu o título de Pro-Presidente da Comissão Pontifícia para a Cidade-Estado do Vaticano. Quando a polícia se interessou por Marcinkus em relação às atividades criminosas de Calvi, Sindona e Gelli, que consistiam em fraude de divisas, financiamento de assassinatos, contrabando de armas e tráfico de notas falsas, o Santo Padre lhe concedeu imunidade por sete anos. Em seguida, o arcebispo Marcinkus se tornou muito "quente" para que o Vaticano pudesse lidar com seu caso, e ele retornou aos Estados Unidos. Ele reside hoje no bispado de Phoenix (Arizona), onde às vezes celebra missas, e frequenta assiduamente os campos de golfe de Sun City. Ele ainda goza de plena imunidade diplomática da Cidade-Estado do Vaticano, de modo que é intocável segundo a lei americana. Em 2003, o jornal italiano *Gazetta del Sud* informou que o nome do arcebispo havia reaparecido no depoimento de um informante da máfia durante cinco horas a promotores italianos, mas é improvável que ele seja algum dia processado na Itália ou em qualquer outro lugar do mundo, e ainda menos que passe algum tempo na prisão.

[119] Ver Hebblethwaite, Paulo VI, p. 329-332. No conclave de 1963, o arcebispo Montini tinha o apoio do cardeal Spellman e do resto do contingente americano, dos europeus que representavam o Grupo do Reno - incluindo os cardeais Suenens, Döpfner e König - e de muitos bispos da América Latina e da África. Montini foi eleito no sexto turno de votação.

[120] *Ibid.*, p. 331.

[121] Ver Amerio, *Iota Unum*, p. 82-89.

[122] Millenari, *Shroud of Secrecy*, p. 164.

[123]](#_ftnref123) A Missa tradicional de rito romano foi codificada para todos os tempos pelo papa São Pio V em sua Constituição Apostólica *Quo Primum Tempore* de 13 de julho de 1570. Não se tratava de um rito novo no sentido estrito do termo, mas sim do aperfeiçoamento da Missa autêntica transmitida desde a época dos Apóstolos. O papa Pio V ordenou claramente nesse texto que: "... não se cante ou recite outras fórmulas senão as conformes ao Missal que publicamos, mesmo se essas mesmas igrejas obtiveram uma dispensa qualquer, por um indulto do Sé Apostólica, por costume, privilégio ou mesmo juramento, ou por uma confirmação apostólica, ou são dotadas de outras permissões quaisquer; a menos que desde a primeira instituição aprovada pelo Sé Apostólica ou desde que se estabeleceu o costume, e que essa última ou a instituição em si tenha sido observada sem interrupção nessas mesmas igrejas pela celebração de missas por mais de duzentos anos [...] E, de forma análoga, decidimos e declaramos que os Superiores, Administradores, Cônegos, Capelães e outros sacerdotes de qualquer nome que sejam designados, ou os religiosos de qualquer ordem, não podem ser obrigados a celebrar a Missa de outra forma senão a que fixamos, e que nunca e em nenhum tempo alguém poderá forçá-los a deixar este Missal ou a abrogar a presente instrução ou modificá-la, mas que ela permanecerá sempre em vigor e válida, em toda a sua força, não obstante as decisões anteriores e as Constituições e Ordenanças Apostólicas, e as Constituições Gerais ou Especiais emanadas de Concílios Provinciais e Gerais, nem o uso das igrejas acima mencionadas confirmado por uma prescrição muito antiga e

imemorial, mas que não remonta a mais de duzentos anos, nem as decisões ou costumes contrários quaisquer que sejam."

[124] Encontrará uma crítica fundamental do Novus Ordo na obra dos cardeais Alfredo Ottaviani e Antonio Bacci intitulada *A Intervenção* Ottaviani (Roma: 1969); reimpressão, Rockville, III: Tan Books, 1992). Ver também "A Nova Missa", *The Angelus*, março de 2000, 23, nº 3, bem como, do Rev. Anthony Cekada, "Paulo VI 'Ilegalmente' Promulgou a Nova Missa?" *Trans et Alia*, 2, nº 7, maio de 2001, traduzido por Suzanne M. Rini, de Pittsburgh. Os leitores são convidados a contatar a Sra. Rini para obter uma seleção completa de excelentes artigos da revista francesa *Sodalitium* sobre a "reforma" litúrgica.

[125] Ver Bugnini, *A Reforma da Liturgia*, para uma descrição passo a passo da destruição da Liturgia sagrada.

[126] Ver Rev. Pe. James McLucas, "A Emasculação do Sacerdócio", *Missa Latina*, edição de primavera de 1998. O artigo pode ser encontrado no site <http://www.latinmassmagazine.com/artEmasculation.asp>.

[127] Ver Paul Likoudis, "Um Psiquiatra Católico Há 30 Anos... Ofereceu Cura para os Males Sexuais da Igreja e da Sociedade", *Wanderer*, 10 de abril de 2003, 1, 10.

[128] McLucas

[129] Ibid.

[130] Ibid.

[131] Ibid.

[132] Ibid.

[133] Ibid.

[134] Amerio, p. 180.

[135] Ibid., p. 181.

[136] Ibid., p. 163.

[137] Ibid.

[138] Ibid., p. 166.

[139] Ver Thomas Reese, SJ, no site <http://www.americamagazine.org/reese/america/a-lefev.htm>.

[140] Uma situação semelhante ocorreu no final do século XIX, durante o pontificado de Leão XIII, devido a uma tentativa de abrir um "diálogo" entre clérigos romanos de espírito "ecumênico" e

anglicanos sobre a questão da validade das ordens anglicanas. O cardeal Herbert Vaughan, arcebispo de Westminster, alertou o papa Leão XIII sobre esse tipo de discussão aberta, enfatizando que as conversões anglicanas à religião católica seriam interrompidas se o público soubesse do "diálogo" em questão. De acordo com Vaughan, a notícia de que a Igreja Católica havia iniciado discussões, mesmo que informais, era suficiente para manter as almas na heresia e impedi-las de se converter. Leão XIII aceitou o conselho de Vaughan e, em 1896, publicou a Bula *Apostolicae Curae*, que declarava as ordens anglicanas "absolutamente vãs e completamente nulas". O papa Bento XV, no entanto, mostrou-se mais aberto à ideia de um diálogo ecumênico com os anglicanos e autorizou a abertura, em 1921, do que seria conhecido como as "Conversações de Malines". Mas essas conversações - no total de cinco - foram definitivamente interrompidas por Pio XI em sua encíclica de 1928, *Mortalium Animos*. Ver John Jay Hughes, *Absolutamente Nulo e Completamente Vazio - A Condenação Papal das Ordens Anglicanas de 1896* (Washington, D.C.: Corpus Books, 1968).

[141] O fracasso de *Humanae Vitae* não foi apenas uma questão de atraso, pois o documento em si apresenta graves defeitos. O autor pretende reconstituir, em uma obra posterior, a história da Comissão sobre o Controle da Natalidade.

[142] Elias Bredsdorff, *Hans Christian Andersen - A História de sua Vida e Obra* (Nova York: Scribner, 1975), p. 280. Bredsdorff cita um estudo psiquiátrico de Andersen realizado pelo professor Hjalmar Helweg. Ver também *A Fábula da Minha Vida - Uma Autobiografia*, publicado em 1975, por ocasião do centenário da morte de Andersen.

[143] Bredsdorff, p. 280.

[144] Ibid.

[145] Tsang, p. 95.

[146] Ver Summers e Dorril, *Honeytrap*, p. 38. Os autores se equivocam ao apresentar o papa João Paulo I como o amante de Hugh Montgomery, mas a correspondência com Dorril confirma que o clérigo em questão era Battista Montini.

[147] A Casa do Papa inclui muitos camaristas, cujas funções são mais ou menos ornamentais. Há várias categorias: camaristas privados, camaristas, camaristas assistentes e honorários. Esses cavalheiros constituem a classe mais alta da Casa. Dentro da Cúria Papal, há o camarista apostólico (em latim, *camerius*), que ocupa uma posição muito importante. Durante uma vacância do Santo Sé, é o camarista apostólico (ou camerlengo) que dirige a administração da Igreja Católica. Ver o site <http://www.catholic-forum.com/saints/eb001844.htm>.

[148] Robin Bryans, *A Poeira Nunca se Acabou* (Londres: Honeyford Press, 1992).

[149] Ibid., p. 60.

[150] Leyland, ed., *Raízes Gay*, p. 412.

[151] Ibid.

[152] Nos Estados Unidos, o "blackout" da mídia foi incompleto. O coletivo homossexual conhecia as acusações de Peyrefitte contra Paulo VI, e também era o caso de alguns padres americanos. Em *Um Mundo Secreto*, A.W. Sipe indica que, em 1976, Paulo VI foi acusado na imprensa francesa e italiana de ter tido relações homossexuais. Sipe nota que o *National Catholic Reporter* publicou o mesmo ano, sobre essas acusações, um artigo acompanhado das negações do papa.

[153] Paul Hofmann, *Uma Visão Ligeiramente Perversa da Santa Sé* (Nova York: Gongdon and Weed, Inc., 1984), p. 151.

[154] Paolo Carlini nasceu em 1926 (ou 1922?) em Sant'Arcangelo di Romagna, Itália. Ele teve pequenos papéis no filme americano de 1963 "Férias Romanas" e no filme de 1960 "Isso Aconteceu em Nápoles". Ele morreu em 7 de novembro de 1979, um ano após o papa Paulo VI.

[155] Em 25 de agosto de 1966, o padre Georges de Nantes foi suspenso a divinis por sua oposição ao Segundo Concílio do Vaticano. Ele não deixou de manter essa oposição. Em julho de 1966, o padre, que dirigia a comunidade religiosa de Saint-Parres-lès-Vaudes, na diocese de Troyes (França), foi ordenado por Dom Daucourt a não mais acusar João Paulo II de heresia e cisma. Quanto à lista de acusações feitas contra o papa João Paulo II, ver *O Livro de Acusação*, no site da internet www.crc-internet.org/IER2003/Lib2_1.htm.

[156] Discurso do papa João Paulo II à Assembleia Geral da Conferência Episcopal Italiana, em 13 de maio de 1993.

[157] Padre Georges de Nantes, *A Contra-Reforma Católica no Século XX*, n. 259 (junho-julho de 1993): p. 10.

[158] Ibid., p. 13. O prelado em questão talvez fosse o bispo John Wright, que o papa Paulo VI havia chamado a Roma em abril de 1969 e nomeado Prefeito do Clero. Wright foi elevado ao cardinalato em 28 de abril de 1969.

[159] Ibid., p. 14.

[160] Ibid., p. 15.

[161] Ibid.

[162] Atila Sinke Guimarães, *Vaticano II, Homossexualidade e Pedofilia*, ed. Marian Therese Horvat, Ph.D. (Los Angeles: Tradição em Ação, 2004), p. 159-162. O Sr. Guimarães realizou um trabalho excepcional ao analisar os documentos do NCCB/USCC, USCCB e Vaticano relativos à homossexualidade. Sua fonte principal sobre as acusações de homossexualidade contra Paulo VI é o livro de Franco Bellegrandi, *Nichitaroncalli - Controvérsia de um Papa* (Roma: Ed. Internazionale di Letteratura e Scienza, 1994), p. 85 e 86.

[163] Guimarães, p. 161.

[164] Ibid., p. 159.

[165] Ibid., p. 160.

[166] Duas cartas privadas enviadas de Londres ao autor, datadas de 2 de janeiro de 1992 e 4 de janeiro de 1993.

[167] Carta privada enviada de Paris ao autor (sem data).

Revision #15

Created 16 October 2024 16:51:43 by Admin

Updated 16 November 2024 20:04:57 by Admin